TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

Plano Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação

2015 – 2020

DEPARTAMENTO DE
TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
E COMUNICAÇÃO

Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação
no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Paraná

Junho / 2016

CÚPULA DIRETIVA

Desembargador Paulo Roberto Vasconcelos

Presidente

Desembargador Renato Braga Bettega

1° Vice-Presidente

Desembargador Fernando Wolff Bodziak

2º Vice - Presidente

Desembargador Eugênio Achille Grandinetti

Corregedor-Geral

Desembargador Robson Marques Cury

Corregedor

José Alvacir Guimarães

Diretor Geral

Maria Alice de Carvalho Panizzi

Assessoria de Planejamento

SUPERVISÃO GERAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO – SGTIC

Desembargador Marcelo Gobbo Dalla Dea

Supervisor

EQUIPE TÉCNICA ENVOLVIDA NESTE DOCUMENTO

NELSON JOAQUIM SANTOS

Diretor do Departamento de Tecnologia da Informação e Comunicação – DTIC

Servidores envolvidos:

- ALÉSSIO ROMAN JUNIOR
- ALUIZIO CARLOS WANDERLEY GROCHOCKI
- CARLOS GUSTAVO DE OLIVEIRA MARQUES
- FÁBIO DE ARAUJO
- FÁBIO LUIZ BRUCH
- LUIZ FERNANDO MOLETTA ALVES
- MAGNO MARIO BAYER FILHO
- MÁRCIO MORTENSEN WANDERLEY
- MARIA APARECIDA LEVIS COSTA
- MARIA ESTHER AGUIRRA DE MORAES
- MARIA INÊS LEVIS COSTA
- PABLO TAVARES
- ROLF MERTENS JUNIOR
- WILSON JOSE PLATNER

Histórico das Versões:

Data	Descrição	Responsável
16/12/2015	Versão 01 - Aprovada pelo Presidente Desembargador Paulo Roberto Vasconcelos através do SEI 0071984-46-2015	Equipe Planejamento
15/03/2016	Versão 1.1 - Compatibilização deste documento com a Resolução CNJ 211/2015	Equipe Planejamento
17/03/2016	Versão 1.2 – Fechamento oficial do documento para aprovação Presidencial.	Equipe Planejamento
06/06/2016	Versão 1.3 – Revisão do documento contemplando as considerações do DPLAN e NCI (SEI 0014991-46.2016.8.16.6000)	Equipe de Planejamento

Sumário

1 APRESENTAÇÃO 9
2 DESENVOLVIMENTO DOS TRABALHOS 9
3 DIAGNÓSTICO 12
3.1 Organograma 12
3.2 Análise SWOT (Forças, Fraquezas, Oportunidades e Ameaças) 13
4 PLANO ESTRATÉGICO TIC - PETIC 15
4.1 Macrodesafio do Poder Judiciário para TIC 15
4.2 Macrodesafio do PJPR para TIC 15
4.3 MISSÃO 16
4.4 VISÃO de Futuro 16
4.5 VALORES 16
4.6 MAPA Estratégico de TIC 17
4.6.1 Objetivos Estratégicos de TIC (OETIC) 19
4.6.1.1 OETIC-1. Aperfeiçoar as competências gerenciais e técnicas de pessoal de TIC 20
4.6.1.2 OETIC-2. Prover infraestrutura de TIC apropriada às atividades judiciais e administrativas 21
4.6.1.3 OETIC-3. Aprimorar a gestão orçamentária e financeira de TIC 22
4.6.1.4 OETIC-4. Aperfeiçoar a governança e a gestão de TIC 23
4.6.1.5 OETIC-5. Aprimorar as contratações de TIC 24
4.6.1.6 OETIC-6. Promover a adoção de padrões tecnológicos 25
4.6.1.7 OETIC-7. Aprimorar e fortalecer a integração e a interoperabilidade de sistemas de informação 26
4.6.1.8 OETIC-8. Aprimorar a segurança da informação em TIC 27
4.6.1.9 OETIC-9. Primar pela satisfação dos usuários de TIC 28
4.6.2 Indicadores de TIC 29
4.7 Ficha dos Indicadores Estratégicos 30
4.7.1 IE-1.1 - Índice de execução do Plano Anual de Capacitação 30
4.7.2 IE-2.1 - Índice de implantação de ambiente DATACENTER 1 31
4.7.3 IE-2.2 - Índice de implantação de ambiente DATACENTER 2 33
4.7.4 IE-3.1 - Índice de execução do Plano Orçamentário de TIC 34

4.7.5 IE-4.1 - Índice de Governança de TI (iGovTI) 35

4.7.6 IE-5.1 - Índice de execução do Plano de Contratações de TIC..... 36

4.7.7 IE-6.1 - Índice de formalização da Metodologia de desenvolvimento e de sustentação de Software 37

4.7.8 IE-7.1 - Índice de aderência dos Sistemas Judiciais ao MNI 38

4.7.9 IE-8.1 - Índice de formalização da Gestão de Riscos em TIC 39

4.7.10 IE-9.1 - Índice de Satisfação dos Usuários de TIC 40

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS 41

APÊNDICES.....43

A. Matriz de Alinhamento Estratégico Institucional e DTIC.....45

B. Checklist de Implantação de Datacenter no TJPR 46

C. Checklist de formalização da Metodologia de Desenvolvimento e Sustentação Software 49

D. Checklist de formalização da Gestão de Riscos em TIC.....50

1 APRESENTAÇÃO

Este documento define o Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação (PETIC) do Poder Judiciário do Paraná para o período de 2015 a 2020, resumem os objetivos estratégicos a serem alcançados, indicadores de acompanhamento e iniciativas/projetos a serem desenvolvidos para tal.

2 DESENVOLVIMENTO DOS TRABALHOS

A primeira elaboração do Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação (PETIC) do Poder Judiciário do Paraná foi uma iniciativa do Grupo de Planejamento do Departamento de Tecnologia da Informação e Comunicação (DTIC), em 2009 com a aprovação do PETIC 2010 no Órgão Especial em 26/03/2010. Entre 2012 e 2014, este grupo de Planejamento gerou novas versões deste documento, revisando e criando objetivos estratégicos e indicadores, conforme consta no protocolo 2013.00408595, porém o material não foi submetido à aprovação do Órgão Especial. EM 2015, o PETIC 2015-2020 e PDTIC 2015-2016, foram aprovados pelo presidente Desembargador Paulo Roberto Vasconcelos.

Para a elaboração desse trabalho foi definida a metodologia *Balanced Scorecard* – BSC[1].

Os membros do grupo de planejamento do DTIC, com o seu conhecimento multidisciplinar e o claro entendimento das necessidades do Departamento, puderam realizar com muita competência diversos workshops e discussões. Foram compiladas todas as ideias, opiniões e sugestões apresentadas nas dinâmicas, e também foram considerados os itens:

[1] Metodologia de medição e gestão de desempenho desenvolvida pelos professores da *Harvard Business School*, Robert Kaplan e David Norton, em 1992. Pode ser entendido também como uma técnica que visa à integração e balanceamento de todos os principais indicadores de desempenho existentes em uma instituição, estabelecendo objetivos da qualidade (indicadores) para funções e níveis relevantes. Assim, esse modelo traduz a missão e a estratégia de uma empresa em objetivos e medidas tangíveis.

a) Resolução nº 198/CNJ, de 01 de julho de 2014;
b) Resolução nº 211/CNJ, de 15 de dezembro de 2015;
c) A análise do “Auto Circunstanciado de Inspeção do CNJ”;
d) A Portaria 237, de 23 de outubro de 2009;
e) O relatório da “Auditoria Nº 001/2012” do Núcleo de Controle Interno do TJPR;
f) Protocolo nº 147.576/2012, de 27 de julho de 2012;
g) Plano Estratégico do Judiciário (PE CNJ 2015 – 2020);
h) Plano Estratégico Institucional (PEI 2015 – 2020);
i) Plano Estratégico de TIC CNJ (PETIC CNJ 2015 – 2020);
j) Plano Estratégico de TIC TJPR (PETIC 2010 e PETIC 2012);
k) Plano de Ação e Metas do Des. Paulo Roberto Vasconcelos (Presidente TJPR na gestão 2015 - 2017);
l) As normas ISO (27001 – Segurança da Informação);
m) Guias de Boas Práticas (COBIT®, ITIL®, PMBok®);
n) Alguns projetos em andamento no DTIC;
o) As necessidades atuais formuladas pela Cúpula Diretiva e Administrativa;
p) As necessidades na continuação de melhorias internas no DTIC distribuídas nas áreas de gestão, infraestrutura, comunicação de dados, desenvolvimento de sistemas, atendimento e logística.

No contexto do DTIC do PJPR, houve a preocupação em promover o alinhamento estratégico institucional (perspectivas: SOCIEDADE, PROCESSOS INTERNOS, APRENDIZADO E CONHECIMENTO, e RECURSOS) e a estratégia nacional de tecnologia da informação e comunicação do poder Judiciário do CNJ.

As diretrizes do PETIC 2015-2020 e PDTIC 2015-2016 foram aprovados pelo Supervisor de TIC e presidência deste Tribunal, conforme os respectivos protocolos (SEI-0071984-46-2015) e (SEI-0071992-23-2015).

Notadamente, após a publicação da resolução CNJ nº 211 de 15 de dezembro de 2015, houve a necessidade da revisão de todo o conteúdo

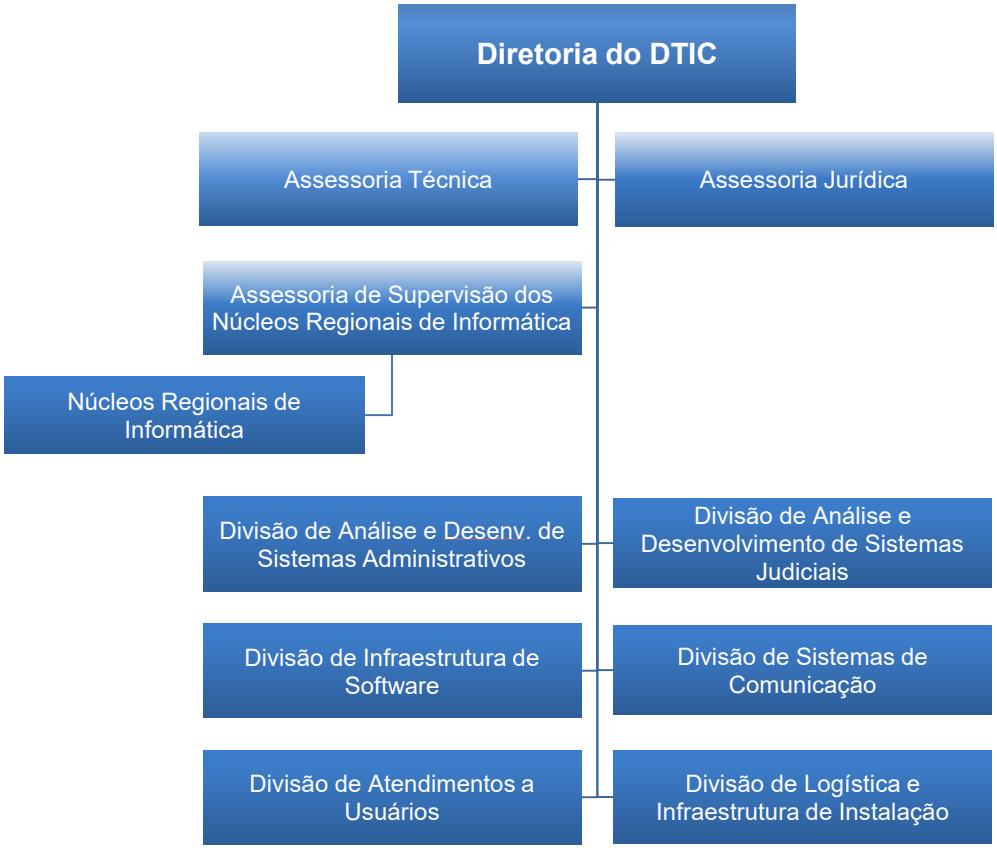
estratégico e seus alinhamentos com o plano diretor. Desta forma, seguem as novas diretrizes para o PETIC 2015-2020.

Os produtos (mapa estratégico, indicadores, metas e iniciativas / projetos) validados serão apresentados a seguir nas próximas seções.

3 DIAGNÓSTICO

3.1 Organograma

À Diretoria do Departamento de Tecnologia da Informação e Comunicação do TJPR, nos termos do Decreto 568/2010, está constantemente alinhado com as diretrizes e metas da alta administração e aos avanços tecnológicos necessários ao Poder Judiciário do Paraná. E, para tal, conta com a seguinte estrutura departamental:



3.2 Análise SWOT (Forças, Fraquezas, Oportunidades e Ameaças)

AMBIENTE INTERNO

FORÇAS
1. Comprometimento da equipe de Informática.
2. Credibilidade da área de tecnologia da informação e comunicação
3. Pró-atividade dos profissionais na busca de conhecimentos.
4. Clima organizacional favorável na área de informática.
5. Cargos de liderança e operacionais ocupados por servidores do quadro permanente
6. Melhoria contínua dos equipamentos de informática.
7. Acompanhamento constante da tecnologia utilizada no mercado.
8. Busca pela implantação de melhores práticas de gestão de serviços e Governança Corporativa de TIC;

FRAQUEZAS
1. Falta de aprovação da Política de Segurança.
2. Falta da definição de um Plano de Continuidade de Negócios.
3. Existência de sistemas legados em produção.
4. Falta de integração entre os Sistemas desenvolvidos.
5. Baixa maturidade nos processos de Gestão (envolvendo: projetos, pessoal, serviços de TI, aquisições, comunicação, procedimentos de trabalho, mudanças, e continuidade de sistemas críticos)
6. Baixa adesão do Padrão de Metodologia de Desenvolvimento de Sistemas.
7. Inexistência de Metodologia de Gerenciamento de Serviços de T.I.
8. Baixa comunicação interna entre as equipes.
9. Baixo grau de integração dos Projetos de Informática e Telecomunicações.
10. Falta de metodologias de mensuração de software.
11. Baixa participação dos colaboradores em congressos, seminários e eventos da área.

AMBIENTE EXTERNO

OPORTUNIDADES
1. Utilização de Boas Práticas de Tecnologia da Informação e Comunicação pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ.
2. Alta velocidade mundial de evolução tecnológica.
3. Evolução tecnológica dos órgãos pertencentes aos governos estaduais e federais.
4. Existência de muitas faculdades de tecnologia no Paraná.
5. Crescimento da taxa de utilização da internet pela população.
6. Fácil adaptação às tecnologias utilizadas pelos clientes e usuários da Justiça.

AMEAÇAS
1. Alta oferta de produtos de tecnologia.
2. Falta de padronização do uso de tecnologia pelos participantes da cadeia de valor do TJPR
3. Alta procura de profissionais de tecnologia pelo mercado.
4. Dificuldade de mensuração de resultados dos produtos e serviços de tecnologia.
5. Criação de Novos Fóruns e Estatização de Varas Judiciais.
6. Aumento da população do Estado do Paraná, o crescimento processual dos jurisdicionados.
7. Alta demanda de Magistrados, sem priorização.
8. Baixa atuação do Escritório de Projetos do TJPR.

4 PLANO ESTRATÉGICO TIC - PETIC

A formulação da Missão, Visão e Valores no âmbito da Tecnologia da Informação do PJPR, foram mantidas da versão anterior do Plano Estratégico de TIC, porém novas informações estratégicas do Poder Judiciário foram levadas em consideração.

4.1 Macrodesafio do Poder Judiciário para TIC

O Macrodesafio do Poder Judiciário estabelecido pela Res. 198 do CNJ para a Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), instituído para o período 2015 a 2020, é:

MELHORIA DA INFRAESTRUTURA E GOVERNANÇA DE TIC

"Uso racional dos instrumentos de Tecnologia da Informação e Comunicação, alinhado às políticas de TIC definidas pelo Conselho Nacional de Justiça. Visa garantir confiabilidade, integralidade e disponibilidade das informações, dos serviços e sistemas essenciais da justiça, por meio do incremento e modernização dos mecanismos tecnológicos, controles efetivos dos processos de segurança e de riscos, assim como a otimização de recursos humanos, orçamentários e tecnológicos." (grifos acrescidos).

4.2 Macrodesafio do PJPR para TIC

O macrodesafio para TIC estabelecido no Planejamento Estratégico Institucional (PEI) do Poder Judiciário do Estado do Paraná, instituído para período 2015 a 2020, é:

(PEI OE-07) APERFEIÇOAR OS SISTEMAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

"Atuar para o desenvolvimento e a manutenção de sistemas de informação efetivos, para a antecipação de intervenções necessárias na administração da Justiça.

Iniciativas:

- *Converter os sistemas de informação terceirizados em sistemas próprios;*
- *Melhorar o Índice de disponibilidade de sistemas de informação críticos;*
- *Melhorar o Índice de desempenho de atendimento;*
- *Aumentar o grau de satisfação dos usuários de serviços e sistemas de TIC;*
- *Estabelecer padrões de desenvolvimento de software;*

- *Aprimorar o padrão visual e funcional da interface dos sistemas de informação;*
- *Monitorar a disponibilidade dos sistemas de informação;*
- *Elaborar e executar plano de integração de sistemas de informação;*
- *Melhorar o índice de processos eletrônicos novos (CNJ);"*

4.3 MISSÃO

A missão é a razão de ser da organização, definindo seu propósito institucional e como pretende atuar no seu dia-a-dia. A missão gera comprometimento dos colaboradores com o trabalho que é realizado.

Prover o Judiciário Paranaense de soluções tecnológicas efetivas para que cumpra a sua função institucional.

4.4 VISÃO de Futuro

A visão de futuro é a projeção de um cenário idealizado, possível e desejável da organização, de maneira clara, atraente e viável. Responde à pergunta: "O que queremos ser ?"

Ser reconhecido pela qualidade de seus serviços e soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação.

4.5 VALORES

Os valores organizacionais podem ser definidos como princípios que guiam a vida da organização, tendo um papel tanto de atender aos seus objetivos quanto de atender às necessidades de todos aqueles a sua volta. São as crenças, a identidade do Grupo.

O DTIC adotou os mesmos valores institucionais do TJPR:

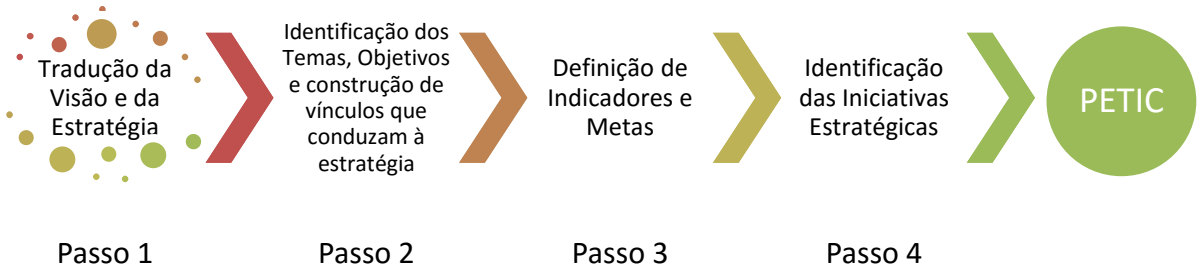
- Transparência
- Ética
- Celeridade
- Acessibilidade
- Justiça
- Inovação
- Eficiência
- Segurança

4.6 MAPA Estratégico de TIC

O Mapa estratégico é a representação gráfica que permite visualizar os diferentes itens do modelo BSC de uma organização, interligando as perspectivas (do inferior para a superior) através dos objetivos estratégicos, resultando no cumprimento da missão da instituição e na construção da sua visão de futuro.

Para fins de agrupamento dos objetivos estratégicos propostos, procedeu-se à decomposição da estratégia em 3 dimensões (Perspectiva Recursos, Perspectiva Processos Internos, e Perspectiva Sociedade).

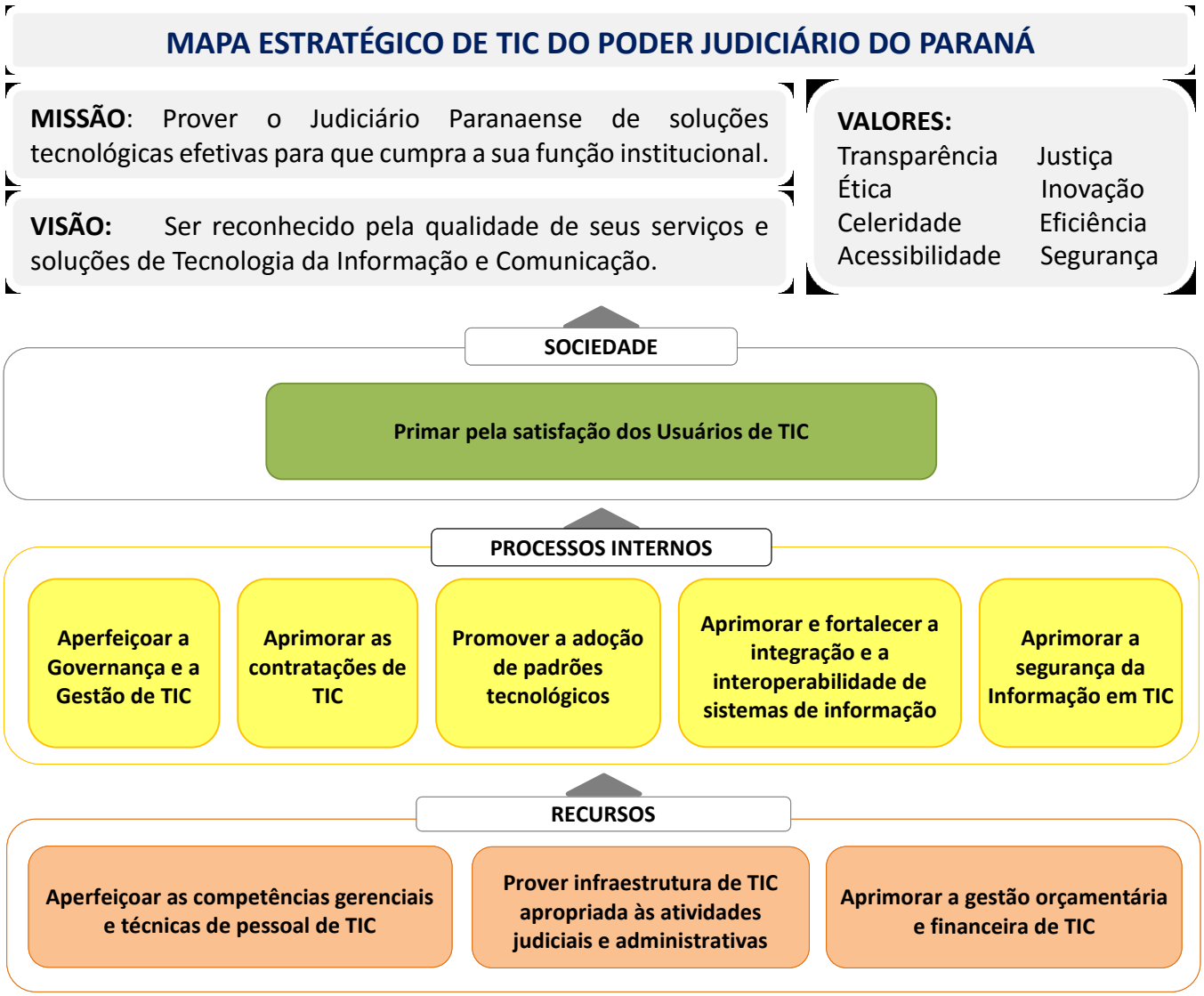
Resumidamente, seguem os passos realizados na elaboração do mapa estratégico de TIC, e uma breve explicação dos seus componentes:



- **Objetivos Estratégicos**: são declarações de ações que direcionam o caminho para se realizar a missão e alcançar a visão de futuro. *O que é crítico para alcance da estratégia?*
- **Indicadores**: valores quantificáveis, utilizados para acompanhar e melhorar os resultados e o desempenho da organização ao longo do tempo. *Como será medido?*
- **Metas**: Representa o estabelecimento de valores ideais dos indicadores ao longo do tempo. *O nível de desempenho ou a taxa de melhoria necessários?*
- **Iniciativas**: conjunto de ações necessárias ao alcance dos objetivos estratégicos. *Sugestão de Planos e Projetos a serem executados.*

O Alinhamento Estratégico entre os objetivos do Poder Judiciário estabelecidos pela resolução CNJ nº 211 / 2015, e os objetivos institucionais

do Tribunal de Justiça do Paraná (2015-2020) através da Resolução TJPR 138 de 23 de março de 2015, delimitaram os objetivos estratégicos de TIC para o TJPR conforme mostrados no mapa seguir:



De acordo com Juran [1985], gerenciar é controlar e agir corretivamente. Sem indicadores não há medição. Sem medição não há controle. Sem controle não há gerenciamento.

4.6.1 Objetivos Estratégicos de TIC (OETIC)

A seguir são apresentados os objetivos estratégicos de TIC e na sequência serão detalhados as descrições e indicadores associados.

- OETIC.1 - Aperfeiçoar as competências gerenciais e técnicas de pessoal de TIC
- OETIC.2 - Prover infraestrutura de TIC apropriada às atividades judiciais e administrativas
- OETIC.3 - Aprimorar a gestão orçamentária e financeira de TIC
- OETIC.4 - Aperfeiçoar a governança e a gestão de TIC
- OETIC.5 - Aprimorar as contratações de TIC
- OETIC.6 - Promover a adoção de padrões tecnológicos
- OETIC.7 - Aprimorar e fortalecer a integração e a interoperabilidade de sistemas de informação
- OETIC.8 - Aprimorar a segurança da informação de TIC
- OETIC.9 - Primar pela satisfação dos usuários de TIC

4.6.1.1 OETIC-1. Aperfeiçoar as competências gerenciais e técnicas de pessoal de TIC

Perspectiva: Recursos

Descrição:

Implementar um planejamento básico que vise à capacitação do corpo funcional de TIC (técnica e gerencial), melhorando a produtividade e o clima organizacional.

Nº	INDICADOR DTIC	METAS
1.1	Índice de execução do Plano Anual de Capacitação	Atingir, em 2016 o índice mínimo de 70%;

Iniciativas Relacionadas:

- Aperfeiçoar o Plano Anual de Capacitação;
- Solicitar a aquisição e divulgação de livros e periódicos especializados para o DTIC;
- Promover workshops, minicursos, e palestras com tutores internos ao DTIC;

4.6.1.2 OETIC-2. Prover infraestrutura de TIC apropriada às atividades judiciais e administrativas

Perspectiva: Recursos

Descrição:

Instrumentalizar a área de TI para suportar as demandas do órgão por meio da adequação e modernização da infraestrutura e parque tecnológico, bem como adotar sistemas e serviços específicos.

Nº	INDICADOR DTIC	METAS
2.1	Índice de implantação do DATACENTER 1	Atingir, em 2016 a implantação do primeiro ambiente de processamento central.
2.2	Índice de implantação do DATACENTER 2	Atingir até 2018 a implantação do segundo ambiente de processamento central.

Obs.: atendendo os requisitos mínimos de segurança e de disponibilidade (contemplando sala cofre ou sala segura que sigam as melhores práticas nacionais e internacionais).

Iniciativas Relacionadas:

- Elaborar e executar o Plano de Atualização Tecnológica;
- Assegurar a infraestrutura física de TIC nas unidades judiciárias do PJPR;
- Aprimorar o monitoramento dos sistemas de informação;
- Converter os Sistemas de Informação terceirizados por soluções próprias ou de outros órgãos públicos que não tragam ônus ao TJPR (Folha de Pagamento, Judwin, Siscom);
- Promover a Implantação da solução de gravações de audiências;
- Promover a Implantação do Processo Eletrônico no 2º grau (PJe)
- Promover a renovação de licenças de softwares.
- Promover a adoção de ferramentas de inteligência e de exploração de dados (*Business Intelligence*)
- Prover Armazenamento de dados para as demandas institucionais

4.6.1.3 OETIC-3. Aprimorar a gestão orçamentária e financeira de TIC

Perspectiva: Recursos

Descrição:

Garantir a utilização adequada dos recursos orçamentários de TIC, por meio de adoção de práticas que permitam o planejamento, a execução, a transparência e a medição da efetividade de sua aplicação.

Nº	INDICADOR DTIC	METAS
3.1	Índice de execução do Plano Orçamentário de TIC	Atingir, em 2016 o índice mínimo de 80%;

Iniciativas Relacionadas:

- Aprimorar o processo de orçamentação entre as unidades do DTIC;
- Aperfeiçoar o acompanhamento da execução do orçamento de TIC;

4.6.1.4 OETIC-4. Aperfeiçoar a governança e a gestão de TIC

Perspectiva: Processos Internos

Descrição:

Criar um modelo de gestão de governança de TIC baseado nas melhores práticas do mercado, adequando-se à realidade do TJPR.

Nº	INDICADOR DTIC	METAS
4.1	Índice de Governança de TI (iGovTI)	Atingir, em 2016 o índice mínimo do iGovTI (Intermediário)

Iniciativas Relacionadas:

- Promover a implantação da equipe de governança de TIC, e rotinas de acompanhamento de projetos no DTIC;
- Acompanhar e publicar periodicamente o desempenho dos projetos de TIC;
- Revisar e publicar o Catálogo de Serviços de TIC, e acrescentando Acordo de nível de serviço (ANS);
- Buscar o atendimento ao Perfil de Governança do iGovTI;
- Implantar a Gestão por Processos em TIC (conforme definidos no iGovTI e Resolução CNJ 211/2015);
- Mapear processo de Gestão de Ativos de Infraestrutura Tecnológica;
- Criar um Plano de Continuidade de Serviços Essenciais de TIC;
- Implantar a Gestão de Demandas de TIC.
- Promover a adequação organizacional do DTIC para atendimento às diretrizes estratégicas de TIC.

4.6.1.5 OETIC-5. Aprimorar as contratações de TIC

Perspectiva: Processos Internos

Descrição:

Utilização adequada dos recursos financeiros de TIC, por meio de adoção de práticas de gestão de contratações de TIC, e a aderência às diretrizes da resolução CNJ nº 182 de 17 de outubro de 2013 para Contratações de Soluções de TIC.

Nº	INDICADOR DTIC	METAS
5.1	Índice de execução do Plano de Contratações de TIC	Atingir, em 2016 o índice mínimo de 80%

Iniciativas Relacionadas:

- Aprimorar o processo de Contratação de TIC entre as unidades do DTIC;
- Aprimorar o processo de Gestão de Contratos em TIC;

4.6.1.6 OETIC-6. Promover a adoção de padrões tecnológicos

Perspectiva: Processos Internos

Descrição:

Implantar práticas de mercado que atendam a todo o ciclo de vida dos sistemas de informação, buscando a uniformização de procedimentos, metodologias, e também quando possível buscar a padronização para software e hardware.

Nº	INDICADOR DTIC	METAS
6.1	Índice de formalização da Metodologia de desenvolvimento e de sustentação de Software	Possuir, em 2016, a formalização de Metodologia de desenvolvimento e sustentação de software

Iniciativas Relacionadas:

- Promover a padronização de Processos no DTIC;
- Apoiar a definição da ferramenta de Modelagem de Processos;
- Promover o mapeamento de procedimentos operacionais padronizados (POP) no DTIC;
- Promover a padronização no desenvolvimento e manutenção de sistemas;
- Promover a padronização de ferramentas e tecnologias no DTIC.
- Promover a aderência dos novos sistemas de informação às recomendações do artigo 20 da resolução CNJ nº 211/2015, e que abrange os sistemas de informação judiciais e administrativos do DTIC;

4.6.1.7 OETIC-7. Aprimorar e fortalecer a integração e a interoperabilidade de sistemas de informação

Perspectiva: Processos Internos

Descrição:

Garantir a aderência às diretrizes estabelecidas pela Resolução CNJ nº 03 de 16 de abril de 2013, que institui o Modelo Nacional de Interoperabilidade entre o Poder Judiciário e Ministério Público, para os Sistemas Judiciais do TJPR (Projudi e PJe[1]).

(1) O Sistema PJe é desenvolvido e mantido pelo CNJ, portanto apenas quanto solicitado oficialmente.

Nº	INDICADOR DTIC	METAS
7.1	Índice de aderência dos Sistemas Judiciais ao MNI (modelo nacional de Interoperabilidade)	Atingir, em 2016 o índice mínimo de 80%

Iniciativas Relacionadas:

- Promover a aderência dos sistemas judiciais ao MNI.

4.6.1.8 OETIC-8. Aprimorar a segurança da informação em TIC

Perspectiva: Processos Internos

Descrição:

Criar, promover e manter normas de segurança da informação para TIC a partir de um processo de análise de riscos e envolvendo um comitê multidisciplinar dedicado.

Nº	INDICADOR DTIC	METAS
8.1	Índice de formalização da Gestão de Riscos em TIC	Atingir, em 2016, a formalização da Gestão de Riscos em TIC

Iniciativas Relacionadas:

- Promover a aprovação da política de segurança de informação;
- Incentivar a aquisição de softwares e hardware para as áreas de segurança de TIC;
- Promover a execução da Gestão de Riscos para Segurança da Informação.

4.6.1.9 OETIC-9. Primar pela satisfação dos usuários de TIC

Perspectiva: Sociedade

Descrição:

Assegurar a agilidade e eficácia no atendimento dos serviços de TIC garantindo a satisfação dos usuários.

Nº	INDICADOR DTIC	METAS
9.1	Índice de Satisfação dos Usuários de TIC	Atingir, em 2016 o índice mínimo de 80% dos usuários internos satisfeitos com os serviços prestados pela área de TIC

Iniciativas Relacionadas:

- Capacitar e dimensionar periodicamente a Central de atendimento;
- Realizar pesquisas de avaliações nos atendimentos realizados pela Central do DTIC;
- Realizar pesquisa de satisfação dos usuários internos em relação aos serviços de TIC;
- Melhorar a atuação no público interno e externo ao DTIC: como práticas de instalação de software, divulgações de atividades, facilitadores, etc.
- Promover a institucionalização do Plantão de TIC;

4.6.2 Indicadores de TIC

Os indicadores servem como ferramenta para aferir se a organização está alcançando os objetivos planejados.

As metas representam, quantitativamente, os níveis esperados de desempenho ao longo do período, sendo atribuída uma meta para cada um dos 6 (seis) anos de vigência do Plano Estratégico

- 1.1 - Índice de Aplicação do Plano Anual de Capacitação
- 2.1 - Índice de implantação do DATACENTER 1(requisitos mínimos de segurança e disponibilidade)
- 2.2 - Índice de implantação de ambiente DATACENTER 2
- 3.1 - Índice de execução do Plano Orçamentário de TIC
- 4.1 - Índice de Governança de TI (iGovTI)
- 5.1 - Índice de execução do Plano de Contratações de TIC
- 6.1 - Índice de aplicação da Metodologia de desenvolvimento e de sustentação de Software
- 7.1 - Índice de aderência dos Sistemas Judiciais ao MNI (modelo nacional de Interoperabilidade)
- 8.1 - Índice de formalização da Gestão de Riscos
- 9.1 - Índice de Satisfação dos Usuários de TIC

4.7 Ficha dos Indicadores Estratégicos

4.7.1 IE-1.1 - Índice de execução do Plano Anual de Capacitação

IE-1.1 - Índice de execução do Plano Anual de Capacitação	
Objetivo Estratégico Institucional:	07 – Aperfeiçoar os sistemas de tecnologia da informação e comunicação
Objetivo Estratégico TIC:	01 - Aperfeiçoar as competências gerenciais e técnicas de pessoal de TIC
Tipo de Indicador:	Eficácia[2]
O que mede:	Percentual de execução do Plano Anual de Capacitação
Quem mede:	Departamento de Tecnologia da Informação e Comunicação (DTIC)
Quando medir:	Anual
Como medir:	(número de eventos executados no ano / número total de eventos previstos no ano) x 100
Meta Geral:	Atender 70% de execução deste indicador até 2016

	Linha Base (LB*)	**2015**	**2016**	**2017**	**2018**	**2019**	**2020**
Previsto	----		70%	75%	80%	85%	90%
Realizado	**0%**						

(*) Valor Linha Base (LB) representa uma medição única no momento da elaboração deste documento.

Observações:

1. O Plano Anual de Capacitação será direcionado através de atividades do Plano Diretor de TIC.

[2] **Eficácia** é a relação entre os resultados obtidos e os resultados pretendidos: *fazer da melhor maneira, isto é: atingir os resultados esperados.*

Eficiência é relação entre os resultados obtidos e os recursos empregados: *fazer da melhor maneira utilizando a menor quantidade possível de recursos.*

4.7.2 IE-2.1 - Índice de implantação de ambiente DATACENTER 1

IE-2.1– Índice de implantação do DATACENTER 1	
Objetivo Estratégico Institucional:	07 – Aperfeiçoar os sistemas de tecnologia da informação e comunicação
Objetivo Estratégico TIC:	02 - Prover infraestrutura de TIC apropriada às atividades judiciais e administrativas
Tipo de Indicador:	Eficácia
O que mede:	Percentual de Implantação do ambiente de Datacenter 1
Quem mede:	Divisão de Infraestrutura de Software – DTIC
Quando medir:	Anual
Como medir:	Preencher o checklist de avaliação de implantação (ver anexo).
Meta Geral:	Atender 100% de execução deste indicador em 2016

	Linha Base (LB*)	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Previsto	----		**100%**				
Realizado	**100%**						

(*) Valor Linha Base (LB) representa uma medição única no momento da elaboração deste documento.

Observações:

1. Os Tribunais deverão informar ao CNJ se possuem ambiente de processamento central (Datacenter) com requisitos mínimos de segurança e de disponibilidade.

    i. Entende-se como atendidos os requisitos mínimos, se o Tribunal possuir Sala Cofre ou Sala Segura que sigam as melhores práticas nacionais e internacionais para esses tipos de ambientes.

    ii. Por ser um tema de alta relevância, esse indicador começa a ser acompanhado desde já pelo CNJ, apesar de seu cumprimento estar programado para o prazo de até 3 (três) anos.

2. Implementação de uma Sala Segura ou Sala Cofre de acordo com as normas, sala UPS/Telecom e sala do Gerador, para que atendam ás necessidades do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, para a proteção de informações e sistemas críticos de TI, incorporando infraestrutura de alta disponibilidade, sistemas de controle e monitoração do ambiente.

3. Normas mínimas atendidas: NBR ISO IEC 27002 (antiga NBR ISO IEC 17799) - Código de prática para gestão de segurança da informação, ABNT NBR 11515 – Critérios de Segurança Física relativos ao armazenamento de dados, Outras normas recomendadas:

    i. NBR 5410 – Instalações elétricas de baixa tensão;

ii. NBR 6880 – Conjuntos de manobra e controle de baixa tensão montados em fábrica;

iii. ABNT – NBR 9441 – Execução de sistemas de detecção e alarme de incêndio;

iv. NBR 14565 – Procedimento básico para elaboração de projetos de cabeamento de telecomunicações para rede interna estruturada;

v. ANSI/EIA/TIA TR-42.7.1 – Cooper Cabling System Workgroup – Category 6 – draft 10;

vi. ANSI/EIA/TIA-568B – Commercial Building Telecomunications Cabling Standard;

vii. EIA/TIA-569-A – Commercial Building Standard telecommunications Pethways and spaces;

viii. EIA/TIA-607 – Commercial Building Grounding / Bonding requeriments;

ix. NFPA – National Fire Protection Association (vol 72 e 2001)

4.7.3 IE-2.2 - Índice de implantação de ambiente DATACENTER 2

IE-2.2– Índice de implantação do DATACENTER 2							
Objetivo Estratégico Institucional:	07 – Aperfeiçoar os sistemas de tecnologia da informação e comunicação						
Objetivo Estratégico TIC:	02 - Prover infraestrutura de TIC apropriada às atividades judiciais e administrativas						
Tipo de Indicador:	Eficácia						
O que mede:	Percentual de Implantação do ambiente de Datacenter 2						
Quem mede:	Divisão de Infraestrutura de Software - DTIC						
Quando medir:	Anual						
Como medir:	Preencher o checklist de avaliação de implantação (ver anexo).						
Meta Geral:	Atender 100% de execução até 2018						
	Linha Base (LB*)	**2015**	**2016**	**2017**	**2018**	**2019**	**2020**
Previsto	----		**5%**	**60%**	**100%**		
Realizado	**0%**						

(*) Valor Linha Base (LB) representa uma medição única no momento da elaboração deste documento.

Observações:

4. Os Tribunais deverão informar ao CNJ se possuem ambiente de processamento central (Datacenter) com requisitos mínimos de segurança e de disponibilidade.

   i. Entende-se como atendidos os requisitos mínimos, se o Tribunal possuir Sala Cofre ou Sala Segura que sigam as melhores práticas nacionais e internacionais para esses tipos de ambientes.

   ii. Por ser um tema de alta relevância, esse indicador começa a ser acompanhado desde já pelo CNJ, apesar de seu cumprimento estar programado para o prazo de até 3 (três) anos.

4.7.4 IE-3.1 - Índice de execução do Plano Orçamentário de TIC

IE-3.1 - Índice de execução do Plano Orçamentário de TIC							
Objetivo Estratégico Institucional:	07 – Aperfeiçoar os sistemas de tecnologia da informação e comunicação						
Objetivo Estratégico TIC:	03 - Aprimorar a gestão orçamentária e financeira de TIC						
Tipo de Indicador:	Eficiência						
O que mede:	Percentual de Execução do Orçamento de TIC						
Quem mede:	Assessoria Técnica do DTIC						
Quando medir:	Anual						
Como medir:	(Plano Orçamentário Anual Executado / Plano Orçamentário Anual Previsto) * 100						
Meta Geral:	Alcançar o índice de 80% de execução até 2016.						
	Linha Base (LB*)	**2015**	**2016**	**2017**	**2018**	**2019**	**2020**
Previsto	----		**80%**	85%	88%	90%	95%
Realizado	**0%**						

(*) Valor Linha Base (LB) representa uma medição única no momento da elaboração deste documento.

Observações:

1. Os Tribunais deverão informar ao CNJ o percentual de execução de seus Plano Orçamentários de TIC.

2. O percentual de execução informado deverá considerar o orçamento aprovado para o exercício financeiro, e não o orçamento planejado inicialmente.

3. O item do plano orçamentário é considerado executado se foi gerado contrato do objeto no exercício financeiro.

4.7.5 IE-4.1 - Índice de Governança de TI (iGovTI)

IE-4.1 - Índice de Governança de TI (iGovTI)							
Objetivo Estratégico Institucional:	07 – Aperfeiçoar os sistemas de tecnologia da informação e comunicação						
Objetivo Estratégico TIC:	04 - Aperfeiçoar a governança e a gestão de TIC						
Tipo de Indicador:	Eficácia						
O que mede:	Nível de maturidade de governança e gestão de TIC conforme diretrizes iGovTI do TCU.						
Quem mede:	Assessoria Técnica do DTIC						
Quando medir:	Anualmente						
Como medir:	Preencher a planilha de medição iGovTI do TCU (versão 2016)						
Meta Geral:	Nível Intermediário ou Aprimorado até 2016						
	Linha Base (LB*)	**2015**	**2016**	**2017**	**2018**	**2019**	**2020**
Previsto	----		**Intermediário**	Intermediário	Intermediário	Avançado	Avançado
Realizado	**Inicial**						

(*) Valor Linha Base (LB) representa uma medição única no momento da elaboração deste documento.

Observação:

1. Os Tribunais deverão informar ao CNJ se atingiram o nível Intermediário ou Aprimorado no Índice de Governança de TI (iGovTI).
2. Este indicador utilizará dados relativos ao Levantamento iGovTI 2016 (ou maior) desenvolvido bianualmente pelo TCU.

4.7.6 IE-5.1 - Índice de execução do Plano de Contratações de TIC

IE-5.1 - Índice de execução do Plano de Contratações de TIC							
Objetivo Estratégico Institucional:	07 – Aperfeiçoar os sistemas de tecnologia da informação e comunicação						
Objetivo Estratégico TIC:	05 - Aprimorar as contratações de TIC						
Tipo de Indicador:	Eficiência						
O que mede	Percentual de execução do Plano de Contratações de TIC						
Quem mede:	Assessoria Técnica do DTIC						
Quando medir:	Anual						
Como medir:	(Plano de Contratações de TIC Anual Executado / Plano de Contratações de TIC Anual Previsto) * 100						
Situação atual:	0%						
Meta Geral:	Alcançar o índice de 80% de execução deste indicador até 2016.						
	Linha Base (LB*)	**2015**	**2016**	**2017**	**2018**	**2019**	**2020**
Previsto	----		**80%**	85%	88%	90%	95%
Realizado	**0%**						

(*) Valor Linha Base (LB) representa uma medição única no momento da elaboração deste documento.

Observação:

1. Os Tribunais deverão informar ao CNJ o percentual de execução de seus Planos de Contratações de TIC.
2. O percentual de execução informado deverá considerar o Plano de Contratações atualizado, considerando o orçamento aprovado para o exercício financeiro.
3. O item do plano de contratações de TIC é considerado executado se foi gerado contrato do objeto no exercício financeiro.

4.7.7 IE-6.1 - Índice de formalização da Metodologia de desenvolvimento e de sustentação de Software

IE-6.1 - Índice de formalização da metodologia de desenvolvimento e de sustentação de Software	
Objetivo Estratégico Institucional:	07 – Aperfeiçoar os sistemas de tecnologia da informação e comunicação
Objetivo Estratégico TIC:	06 - Promover a adoção de padrões tecnológicos
Tipo de Indicador:	Eficácia
O que mede:	Formalização da metodologia de desenvolvimento e de sustentação de software
Quem mede:	Divisão de Análise e Desenvolvimento de Sistemas Administrativos e Divisão de Análise e Desenvolvimento de Sistemas Judiciais no DTIC
Quando medir:	Anual
Como medir:	Preencher o check list no DTIC que mede a formalização da metodologia de desenvolvimento e de sustentação de software (ver anexo).
Meta Geral:	Possuir uma metodologia formal para o desenvolvimento e sustentação de software.

	Linha Base (LB*)	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Previsto	----		**100%**				
Realizado	**0%**						

(*) Valor Linha Base (LB) representa uma medição única no momento da elaboração deste documento.

Observação:

1. Os Tribunais deverão informar ao CNJ se possuem metodologia formal de desenvolvimento e de sustentação de software.
2. Por ser um tema de alta relevância, esse indicador começa a ser acompanhado desde já pelo CNJ, apesar de seu cumprimento estar programado para o prazo de até 2 (dois) anos.

4.7.8 IE-7.1 - Índice de aderência dos Sistemas Judiciais ao MNI

IE-7.1 - Índice de aderência dos Sistemas Judiciais ao MNI							
Objetivo Estratégico Institucional:	07 – Aperfeiçoar os sistemas de tecnologia da informação e comunicação						
Objetivo Estratégico TIC:	07 - Aprimorar e fortalecer a integração e a interoperabilidade de sistemas de informação						
Tipo de Indicador:	Eficiência						
O que mede	Percentual de aderência dos sistemas judiciais ao Modelo Nacional de Interoperabilidade (MNI)						
Quem mede:	Divisão de Análise e Desenvolvimento de Sistemas Judiciais do DTIC						
Quando medir:	Anual						
Como medir:	(Quantidade de Sistemas Judiciais aderentes ao MNI) / (Quantidade de Sistemas Judiciais do TJPR)						
Situação atual:	0%						
Meta Geral:	Alcançar o índice de 80% dos sistemas judiciais aderentes ao MNI até 2016.						
	Linha Base (LB*)	**2015**	**2016**	**2017**	**2018**	**2019**	**2020**
Previsto	----		**80%**	85%	90%	95%	100%
Realizado	**0%**						

(*) Valor Linha Base (LB) representa uma medição única no momento da elaboração deste documento.

Observação:

1. Os Tribunais deverão informar ao CNJ se possuem, no mínimo, 80% de seus sistemas judiciais aderentes ao Modelo Nacional de Interoperabilidade (MNI).
2. Por ser um tema de alta relevância, esse indicador começa a ser acompanhado desde já pelo CNJ, apesar de seu cumprimento estar programado para o prazo de até 2 (dois) anos.

4.7.9 IE-8.1 - Índice de formalização da Gestão de Riscos em TIC

IE-8.1 - Índice de formalização da Gestão de Riscos em TIC							
Objetivo Estratégico Institucional:	07 – Aperfeiçoar os sistemas de tecnologia da informação e comunicação						
Objetivo Estratégico TIC:	08 - Aprimorar a segurança da informação em TIC						
Tipo de Indicador:	Eficácia						
O que mede:	Formalização da Gestão de Riscos em TIC						
Quem mede:	Divisão de Infraestrutura de Software do DTIC						
Quando medir:	Anual						
Como medir:	Preencher o checklist que mede a formalização da Gestão de Riscos em TIC (ver anexo)						
Situação atual:	0%						
Meta Geral:	Possuir um processo formal para Gestão de Riscos em TIC						
	Linha Base (LB*)	**2015**	**2016**	**2017**	**2018**	**2019**	**2020**
Previsto	----		**100%**				
Realizado	**0%**						

(*) Valor Linha Base (LB) representa uma medição única no momento da elaboração deste documento.

Observação:

1. Os Tribunais deverão informar ao CNJ se possuem processo formal de Gestão de Riscos.

4.7.10IE-9.1 - Índice de Satisfação dos Usuários de TIC

IE-9.1 - Índice de Satisfação dos Usuários de TIC							
Objetivo Estratégico Institucional:	07 – Aperfeiçoar os sistemas de tecnologia da informação e comunicação						
Objetivo Estratégico TIC:	09 - Primar pela satisfação dos usuários de TIC						
Tipo de Indicador:	Eficácia						
O que mede	Percentual de Satisfação dos usuários Internos de TIC						
Quem mede:	Divisão de Atendimento aos Usuários do DTIC						
Quando medir:	Anual						
Como medir:	Aplicar questionário(s) de Satisfação dos Usuários Internos ao TJPR com relação aos serviços prestados por TIC						
Situação atual:	0%						
Meta Geral:	Alcançar o índice de 80% de satisfação até 2016.						
	Linha Base (LB*)	**2015**	**2016**	**2017**	**2018**	**2019**	**2020**
Previsto	----		**80%**	85%	88%	90%	95%
Realizado	**0%**						

(*) Valor Linha Base (LB) representa uma medição única no momento da elaboração deste documento.

Observação:

1. Os Tribunais deverão informar ao CNJ se possuem, no mínimo, 80% dos seus usuários internos satisfeitos com os serviços prestados pela área de TIC.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para que a estratégia seja bem sucedida, são necessárias as típicas reuniões dos gestores e equipes para tratar de assuntos (humanos, materiais, financeiros, tecnológicos, informacionais e de gestão). As perguntas chaves são constantes:

- Como está nosso "painel de bordo"?

- Qual o desempenho dos indicadores estratégicos?

- Como estão indo os projetos e iniciativas estratégicas?

Deve-se verificar a análise constante do realizado versus o que havia sido planejado. A ênfase precisa estar no controle da estratégia, adaptando-a às mudanças de ambiente e tornando-a um processo contínuo.

Para que este Plano Estratégico seja dinâmico e represente efetivamente um caminho para o cenário futuro desejado, sugere-se a seguir um modelo para gerenciar o Plano Estratégico baseado no ciclo PDCA[3].

Outro fator de sucesso a ser perseguido é a execução das reuniões de avaliações estratégicas (RAEs) de TIC. Essas reuniões promovem discussões sobre macro cenários e como eles afetam a estratégia de TI, muitas vezes resultando na reformulação deste planejamento.

Cada reunião deve representar um avanço no aprendizado estratégico, e o detalhamento do como implementar as iniciativas estratégicas a curto prazo são descritas no Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC), num período de tempo menor a este planejamento.

[3] Criado em 1930 por Walter Shewhart, o ciclo PDCA (Plan, Do, Check, Action) é uma ferramenta de gestão que visa controlar e melhorar os processos e produtos de uma forma contínua. Ao longo dos anos 50, foi amplamente difundido no Japão por Willian Edwards Deming. Também conhecido como ciclo de Deming ou ciclo de Shewhart

APÊNDICES

A. Matriz de Alinhamento Estratégico Institucional e DTIC

Missão TJPR:
"Garantir à sociedade a prestação jurisdicional acessível, de qualidade, efetiva e célere, de forma transparente e ética, solucionando os conflitos e promovendo a pacificação social."

Visão TJPR:
"Ser referência de qualidade na prestação de serviços públicos, reconhecida pela sociedade e seus colaboradores como instituição da qual todos tenham orgulho e confiança."

Valores:

Transparência	Ética
Celeridade	Justiça
Inovação	Eficiência

			Objetivos Estratégicos Institucionais (PEI 2015 - 2020)												
			Aprimorar a comunicação institucional	Incrementar a acessibilidade e estimular as formas alternativas de resolução de conflitos	Fomentar práticas de sustentabilidade social e ambiental	Implantar metodologia de gestão por processos de trabalho	Fortalecer a Celeridade e a efetividade na atividade jurisdicional	Promover o alinhamento estratégico entre as unidades administrativas e judiciárias	Aperfeiçoar os sistemas de tecnologia da informação e comunicação	Desenvolver continuamente conhecimentos, habilidades e atitudes das pessoas	Implantar Gestão por Competências	Fomentar ações para melhoria da saúde e valorização de magistrados e servidores	Proporcionar estrutura adequada às atividades judiciárias e administrativas	Aperfeiçoar a gestão de receitas e despesas	Priorizar recursos para a execução da estratégia
			1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13
Objetivos Estratégicos de Tecnologia da Informação e Comunicação (PETIC 2015 - 2020)			Atuação Institucional	Acesso à Justiça	Responsabilidade Social e Ambiental	Eficiência Operacional		Alinhamento e Integração	Tecnologia	Gestão de Pessoas			Infraestrutura e Pessoal	Orçamento	
Perspectiva		**Objetivo de TIC**	**Sociedade**			**Processos Internos**				**Aprendizado e Conhecimento**			**Recursos**		
Recursos	1	Aperfeiçoar as competências gerenciais e técnicas de pessoal de TIC				S				S					
	2	Prover infraestrutura de TIC apropriada às atividades judiciais e administrativas		S			S		S						
	3	Aprimorar a gestão orçamentária e financeira de TIC				S									
Processos Internos	4	Aperfeiçoar a governança e a gestão de TIC				S	S		S				S		
	5	Aprimorar as contratações de TIC				S				S					
	6	Promover a adoção de padrões tecnológicos							S						
	7	Aprimorar e fortalecer a integração e a interoperabilidade de sistemas de informação							S						
	8	Aprimorar a segurança da informação em TIC							S						
Sociedade	9	Primar pela satisfação dos usuários de TIC					S		S				S		

B. Checklist de Implantação de Datacenter no TJPR

Itens de verificação mínimos para a Implementação de uma Sala Segura ou Sala Cofre, que atenda às necessidades do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná:

Item	Descrição	% concluído
01	**PROJETO EXECUTIVO**	
02	**SALA SEGURA ou SALA COFRE**	
03	**PISO TÉCNICO**	
04	**SISTEMA DE CLIMATIZAÇÃO**	
	Sala Segura ou Sala Cofre	
	Sala UPS/Telecom.	
05	**SISTEMA DE ENERGIA**	
	Equipamentos UPS's, com autonomia de 7 minutos a plena carga	
	Grupo Gerador de Emergência, LINHA DIESEL, para funcionamento singelo e automático com todos os acessórios.	
	QTA – responsável pela alimentação elétrica proveniente da concessionária / grupo gerador para o sistema em questão;	
	QDEMG – quadro de distribuição emergencial de energia advinda do QGBT existente;	
	QDX – distribuição de energia da linha X;	
	QDY– distribuição de energia da linha Y;	
	QDiX – distribuição de energia interna na Sala Segura e Sala Telecom da linha X	
	QDiY – distribuição de energia interna na Sala Segura e Sala Telecom da linha Y;	
	QDUTIL – distribuição de energia para sistemas de iluminação e tomadas de uso geral;	
	QDSTS – quadro responsável pela transferência para fontes dos subsistemas singelos.	
06	**SISTEMA DE DETECÇÃO PRECOCE DE INCÊNDIO**	
07	**SISTEMA DE COMBATE A INCENDIO COM GÁS**	
	Cilindro de baixa pressão	
	Painel central de detecção e alarme de incêndio	
	Difusor do Gás	
	Acionadores manuais	
	Chaves de bloqueio	
	Detectores óptico de fumaça	
	Sinalizador áudio visual	
08	**CONTROLE DE ACESSO**	
	Leitoras biométricas (sala Segura/Cofre, Sala UPS, Sala Telecom e Sala Gerador)	
	Conjunto de fechaduras eletromecânicas	
	Conjunto de acionador manual	
09	**CIRCUITO FECHADO DE TV (CFTV)**	
10	**CABEAMENTO LÓGICO ESTRUTURADO**	
	Pontos metálicos 6A	
	Painel de fechamento, organizadores de cabos e conjunto de porca gaiola M5	
	Fibra opticas multimodo	
	Fibra opticas monomodo	
	DIO	
	Cordões óticos	
	Sistema de infraestrutura	
	Eletrocalhas	

	Eletrodutos	
11	**RACKS**	
	Racks para Servidores e Telecom	
	Racks para Rede	
12	**SUPERVISÃO REMOTA**	
	Temperatura	
	Umidade Relativa	
	Estado de Porta	
	Presença de Líquido	
	Detecção de Incêndio	
	Modulo de supervisão	
13	**MOVING DE EQUIPAMENTOS**	
14	**MANUTENÇÃO PREVENTIVA-PROGRAMADA E CORRETIVA**	
Total do Checklist (média dos percentuais acima)		

Detalhamento dos itens solicitados no check list:

A. **Sala Segura – Sala Cofre –** Construção modular para proteção física, contra incêndio e arrombamento, estanque contra gases e água e com barreira contra difusão de umidade e atenuação campos magnéticos.

B. **Piso Técnico –** Painéis removíveis, apoiados sobre bases ajustáveis composta por um sanduíche formado por duas placas de aço com enchimento em argamassa especial à base de cimento.

C. **Sistema de Climatização** – Sistema eficiente e flexível composto por módulos de alto desempenho e alto fator de calor sensível. Aspiração e filtragem no lado superior e elevado fluxo de insuflamento direto no entre piso. Controles incorporados devem manter módulos em reserva automática. Condensadores remotos a ar.

D. **Sistema de Energia** – Distribuição dual com quadro microprocessado e com disjuntores parciais tipo plug-in. Tomadas sob medida e cabos identificados e acomodados em leitos aramados.

E. **Sistema de Detecção Precoce de Incêndio** – Monitoração ativa dos aerossóis presentes no ar, interligado com o controle de incêndio. Detectores de alta sensibilidade (Laser) e análise estatística por software.

F. **Controle de Incêndio** – Sistema de supressão de combustão por inundação completa dos ambientes, sobre e sob o piso com gás. Operação automática através de Central de Incêndio e detectores óticos integrados ao sistema de monitoramento à Laser.

G. **Controle de Acesso** – Controle de acesso com leitora biométrica digital.

H. **Circuito Fechado de TV (CFTV)** – Sistema de monitoração e gravação digital de imagens através de câmeras IP.

I. **Cabeamento Lógico Estruturado** – Execução de cabeamento estruturado e infraestrutura para a distribuição e conectorização dos cabos de comunicação.

J. **Racks** – entrega e instalação dos racks, no ambiente definido;

K. **Supervisão Remota** – Supervisão dos sistemas do ambiente e transmissão dos alarmes via rede TCP / IP.

L. **Moving** – Movimentação de equipamentos para o datacenter

M. **Manutenção Preventiva-Programada e Corretiva** – Os serviços de manutenção continuada incluem manutenção preventiva-programada e corretiva da Sala Segura/Cofre, englobando o fornecimento de todos os materiais, produtos, insumos, equipamentos, ferramentas, infraestrutura, peças de reposição originais e os serviços necessários ao funcionamento contínuo e seguro da Sala Segura e respectivos subsistemas.

C. Checklist de formalização da Metodologia de Desenvolvimento e Sustentação Software

Metodologia de Desenvolvimento de Software (MDS):

Item	Descrição	% concluído
01	A metodologia adotada prevê atividades de levantamento de requisitos com os usuários	
02	A metodologia adotada prevê atividades de arquitetura de software	
03	A metodologia adotada prevê atividades para a implementação do software	
04	A metodologia adotada prevê atividades para a elaboração e execução dos testes unitários	
05	A metodologia adotada prevê atividades de revisão da documentação de software	
06	A metodologia adotada prevê atividades de Implantação e Treinamento de Software	
07	A metodologia adotada prevê adoção de ferramentas de, visando melhoria da qualidade e da produtividade.	
08	A metodologia adotada prevê adoção de boas práticas e padrões de desenvolvimento de software nacionais ou internacionais.	
09	A metodologia adotada prevê adoção de repositórios para registrar o seu uso, e manter o histórico de versões.	
10	A metodologia adotada está publicada e as equipes foram treinadas para o seu uso.	
Total do Checklist MDS (média dos percentuais acima)		

Metodologia de Sustentação de Software (MSS):

Item	Descrição	% concluído
01	A metodologia adotada prevê atividades de Manutenção do Software	
02	A metodologia adotada prevê atividades de Análise de Impacto	
03	A metodologia adotada prevê atividades de Comunicação entre equipes	
04	A metodologia adotada prevê atividades de Rastreabilidade das Mudanças / Melhorias	
05	A metodologia adotada prevê adequação ao cumprimento dos demais Processos / Procedimentos existentes no DTIC;	
06	A metodologia adotada é compatível com a Metodologia de Desenvolvimento de Software do TJPR.	
07	A metodologia adotada está publicada e as equipes foram treinadas para o seu uso.	
Total do Checklist MSS (média dos percentuais acima)		

Total da Formalização = (Total Check list MDS + Total Check list MSS) / 2

D. Checklist de formalização da Gestão de Riscos em TIC

Item	Descrição	% concluído
01	A Metodologia adotada prevê atividades de Mapeamento do Riscos nas unidades do DTIC	
02	A Metodologia adotada prevê atividades de Identificação dos Riscos (IR)	
03	A Metodologia adotada prevê atividades de Avaliação dos Riscos (AR)	
04	A Metodologia adotada prevê atividades de Tratamentos dos Riscos (TR)	
05	A Metodologia adotada prevê atividades de Comunicação dos Riscos (CR)	
06	A Metodologia adotada prevê atividades de Monitoramento dos Riscos (MR)	
07	A Gestão de Riscos em TIC é realizada através de uma ferramenta computacional (ferramenta de apoio) própria ou de mercado?	
	Total do Checklist (média dos percentuais acima)	

Estado do Paraná
Poder Judiciário

PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

SEI Nº 0014991-46.2016.8.16.6000

À elevada apreciação do Excelentíssimo
Senhor Desembargador Presidente.

Em 28 de setembro de 2016.

DES. MARCELO GOBBO DALLA DEA
Supervisor Geral de Informática e Comunicação

I – Trata o presente expediente da Revisão do PETIC - Plano Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação para o exercício 2015-2020, e do PDTIC – Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação, para o exercício de 2016, conforme o disposto nas Resoluções nº 90/2009, 99/2009 e 198/2014, todas do Conselho Nacional de Justiça.

II – Tendo em vista o contido no presente expediente, notadamente os Planos elaborados e Revisados pelo Departamento de Tecnologia da Informação e Comunicação - DTIC (doc. 0978804 e 0978845) e no despacho do Supervisor Geral de Informática e Comunicação (doc. 0997375), APROVO as revisões do PETIC e PDTIC, encontrando-se em conformidade com os trabalhos desenvolvidos e sintetizando os objetivos estratégicos a serem alcançados.

III – Ao DTIC para as providências que se fizerem necessárias.

Em 28 de setembro de 2016.

PAULO ROBERTO VASCONCELOS
Desembargador
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná

Despacho - Aprovação Presidente (1405498) SEI 0014991-46.2016.8.16.6000 / pg. 51

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ

Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação

2016

DEPARTAMENTO DE
TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO
E COMUNICAÇÃO

Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação

no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Paraná

Junho / 2016

CÚPULA DIRETIVA

Desembargador Paulo Roberto Vasconcelos

Presidente

Desembargador Renato Braga Bettega

1° Vice-Presidente

Desembargador Fernando Wolff Bodziak

2º Vice-Presidente

Desembargador Eugênio Achille Grandinetti

Corregedor-Geral

Desembargador Robson Marques Cury

Corregedor

José Alvacir Guimarães

Diretor Geral

Maria Alice de Carvalho Panizzi

Diretora do Departamento de Planejamento

SUPERVISÃO GERAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO – SGTIC

Desembargador Marcelo Gobbo Dalla Dea

Supervisor de Tecnologia da Informação e Comunicação

EQUIPE TÉCNICA ENVOLVIDA NESTE DOCUMENTO

NELSON JOAQUIM SANTOS

Diretor do Departamento de Tecnologia da Informação e Comunicação – DTIC

Servidores envolvidos:

- ALESSIO ROMAN JUNIOR
- ALUIZIO CARLOS WANDERLEY GROCHOCKI
- CARLOS GUSTAVO DE OLIVEIRA MARQUES
- FÁBIO DE ARAUJO
- FÁBIO LUIZ BRUCH
- LUIZ FERNANDO MOLETTA ALVES
- MAGNO MARIO BAYER FILHO
- MÁRCIO MORTENSEN WANDERLEY
- MARIA APARECIDA LEVIS COSTA
- MARIA ESTHER AGUIRRA DE MORAES
- MARIA INÊS LEVIS COSTA
- PABLO TAVARES
- ROLF MERTENS JUNIOR
- WILSON JOSE PLATNER

Histórico das Versões:

Data	Descrição	Responsável
16/12/2015	Versão 1 - Aprovada pelo Presidente Desembargador Paulo Roberto Vasconcelos através do SEI 0071984-46-2015	Equipe Planejamento
15/03/2016	Versão 1.1 - Compatibilização deste documento com a Resolução CNJ 211/2015	Equipe Planejamento
17/03/2016	Versão 1.2 – Revisão final do documento para submeter a aprovação presidencial.	Equipe Planejamento
06/06/2016	Versão 1.3 - Revisão do documento contemplando as considerações do DPLAN e NCI (SEI 0014991-46.2016.8.16.6000) e inclusão do Projeto Sala de Audiências.	Equipe Planejamento

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 7

1.1 Objetivos 9
1.2 Abrangência 9
1.3 Período de Vigência 9
1.4 Processo de Revisão do PDTIC 10
1.5 Metodologia Aplicada 11
1.6 Referências Estratégicas 11

2 RESULTADOS DOS PLANEJAMENTOS ANTERIORES 12

3 DIRECIONAMENTO ESTRATÉGICO (PETIC 2015-2020) 13

3.1 Missão 13
3.2 Visão 13
3.3 Valores 13
3.4 Objetivos Estratégicos 14

4 INVENTÁRIO DE RECURSOS DE TIC 16

4.1 Organização Departamental e Quadro de Colaboradores 16
4.2 Equipamentos 19
4.3 Software de Infraestrutura e Escritório 25
4.4 Software Aplicativo 27

5 PLANO DE METAS 34

6 PLANO DE AÇÕES 35

6.1 Programas ou Projetos ou Ações 36
6.2 Informações complementares dos Projetos 40
6.3 Cronograma Macro 51

7 PLANO DE GESTÃO DE PESSOAS 52

8 PLANO DE CONTRATAÇÃO 54

9 FATORES CRÍTICOS DE SUCESSO 56

10 CONCLUSÃO 57

11 REFERÊNCIAS 58

1 INTRODUÇÃO

O Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC 2016) é um instrumento de diagnóstico, planejamento e gestão dos recursos e processos de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) que visa atender às necessidades tecnológicas do TJPR para o período, possibilitando a inovação, redução de custos, otimização de recursos e o desenvolvimento de estratégias para a execução organizada de ações. Possibilita orientar o uso correto da TIC com foco na gestão.

Nele são relacionadas todas as ações que a área de TIC terá que executar para o alcance das metas. A implementação do PDTIC viabiliza a transparência nas ações e informações estratégicas, agiliza o trâmite de informações, propicia a padronização técnica dos serviços, processos e aplicações, traz economicidade e racionalização na utilização de recursos de TI.

Este documento aprovado no SEI 0071992-23.2015.8.16.6000 em 16 de dezembro de 2015, inclui aspectos da resolução CNJ nº 211, de 15 de dezembro de 2015.

Num contexto geral, o PDTIC materializa em projetos, ações e/ou atividades rotineiras, as iniciativas estratégicas priorizadas e demais demandas do PETIC, estando, portanto, alinhado com o Planejamento Estratégico Institucional (PEI) e Planejamentos Estratégicos do CNJ (PEI e PETI). A figura a seguir ilustra este alinhamento:

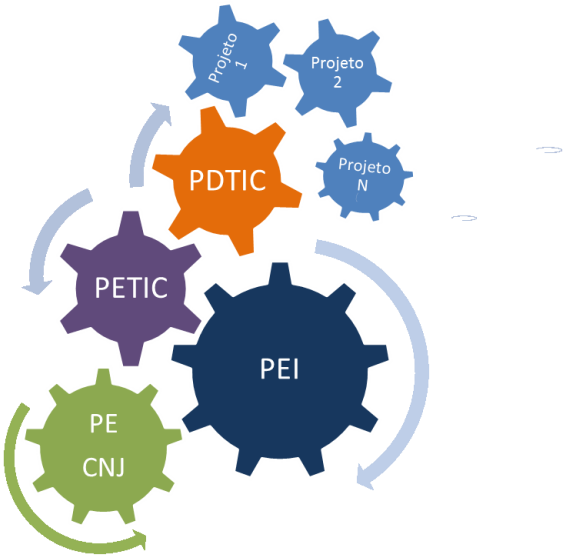


Figura 1 - Alinhamento Institucional

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) enfatiza a necessidade da elaboração do PDTIC no âmbito do Poder Judiciário (CNJ Resolução nº 90):

"Art. 11. O Tribunal deve elaborar e manter um Planejamento Estratégico de TIC – PETI, alinhado às diretrizes estratégicas institucionais e nacionais.

Parágrafo único. Deverá ser elaborado, com base no PETI, o plano diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTI)." (grifos acrescidos).

A elaboração desse documento teve como premissa o Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação (2015-2020) do TJPR e foi concretizado com o apoio da Presidência do Tribunal, da Supervisão Geral de Tecnologia da Informação e Comunicação (SGTIC), da Direção do DTIC, dos gestores e colaboradores das unidades do DTIC.

Este Plano Diretor contempla o inventário de recursos de TI atuais organizado em equipamentos, software de infraestrutura e software aplicativo.

1.1 Objetivos

Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC) tem como objetivos:

a) Sistematizar o planejamento da gestão de TIC para o exercício, contemplando as necessidades de TIC do TJPR;

b) Organizar as ações, prazos, recursos financeiros, humanos e materiais, com vistas a eliminar eventuais desperdícios de recursos públicos, bem como prejuízos ao cumprimento dos objetivos institucionais (TJPR Resolução nº 138/2015, Resoluções do CNJ, nºs 211/2015 e 99/2009, art. 2);

c) Servir de base para a elaboração da proposta orçamentária do Departamento de Tecnologia da Informação e Comunicação (DTIC) para o ano fiscal subsequente.

1.2 Abrangência

Todos os procedimentos e ações apontados neste documento foram definidos considerando as necessidades levantadas e projetos de TI, ora em execução, junto às divisões e assessorias do departamento para um período de dois anos.

A partir do registro das diversas demandas da instituição, na observância nas mudanças e no grau de crescimento das atividades judiciárias e administrativas, assim como na elaboração de diversas reuniões com os gestores das unidades foram identificadas e priorizadas as necessidades de TIC do TJPR.

1.3 Período de Vigência

Este plano compreende o exercício de 2016, com possibilidade de revisões conforme definido no item adiante “Processo de Revisão do PDTIC”, nas seguintes hipóteses:

a) alteração no orçamento previamente designado para o DTIC, necessitando ajustes nas ações do PDTIC;
b) na ocorrência de novas demandas;
c) na hipótese de repriorização das ações;
d) na ocorrência de ações extraordinárias que possam interferir no andamento das ações previamente aprovadas.

Relatórios serão disponibilizados para possibilitar o acompanhamento da execução do plano, apresentando a evolução das atividades para a SGTIC.

1.4 Processo de Revisão do PDTIC

Este PDTIC contempla as atividades previstas para o ano 2016. Uma revisão geral está programada para dezembro do corrente ano, de modo a acompanhar a dinâmica das ações do Poder Judiciário e o necessário realinhamento do plano. Estas revisões poderão adicionar, excluir, modificar ações e projetos, alterar prioridades para readequação do alinhamento. Além destas, revisões extraordinárias podem ser convocadas pelo Diretor do DTIC.

A qualidade destas revisões está diretamente relacionada ao acontecimento das revisões periódicas dos planejamentos estratégicos institucional e departamental, necessárias para o alinhamento contínuo.

Cada revisão elaborada internamente no departamento é submetida à Supervisão Geral de Tecnologia da Informação e Comunicação (SGTIC) do TJPR para análise e aprovação.

1.5 Metodologia Aplicada

O PDTIC foi elaborado com base no Guia de Elaboração do PDTI do SISP (Sistema de Administração de Recursos de Tecnologia da Informação, do Poder Executivo Federal), e seguiu as seguintes etapas:

1) Elaboração do inventário de TIC do TJPR;
2) Levantamento das necessidades: foi realizado o levantamento das demandas de TIC junto às divisões e assessorias do DTIC, por meio de reuniões investigativas;
3) Consolidação das necessidades: as necessidades de TIC do TJPR foram consolidadas, e alinhadas ao PETIC considerando:
   a) as ações identificadas junto as divisões e assessorias do DTIC;
   b) as necessidades de infraestrutura para manutenção e continuidade dos serviços de TIC.
4) Validação, priorização e aprovação: a SGTIC, prioriza e aprova as ações elencadas no PDTIC e, após aprovação, o documento será oficialmente publicado.

1.6 Referências Estratégicas

A elaboração deste plano diretor considerou o alinhamento com a visão, missão e objetivos estratégicos definidos no PETIC 2015-2020, este por sua vez em alinhamento com o Plano Estratégico Institucional (PEI 2015-2020), e ao Plano Estratégico do Judiciário (PE CNJ 2015-2020) e a ENTIC-JUD (Estratégia Nacional de Tecnologia da Informação e Comunicação). Também recebeu contribuição da experiência em acertos e erros dos planos diretores anteriores e levou em consideração os relatórios de inspeções internas e externas dos órgãos de orientação e controle, assim como das resoluções enumeradas no PEI 2015-2020.

2 RESULTADOS DOS PLANEJAMENTOS ANTERIORES

O PDTI (2011–2012) foi elaborado e apresentado à Administração do TJPR em 2010, porém o monitoramento das ações constantes naquele documento foi dificultado por alguns fatores como:

a) dinâmica crescente de novas demandas e mudanças institucionais do Poder Judiciário e na Direção Geral do Tribunal de Justiça;

b) dificuldade na elaboração de revisões periódicas de acompanhamento do PEI e PETIC vigentes para possibilitar o realinhamento do Plano Diretor;

c) dificuldade na grande quantidade e subjetividade dos indicadores fixados no PETIC havendo uma aparente e parcial desconexão entre o PDTIC e o PETIC;

d) necessidade de melhoria na estruturação do DTIC para possibilitar melhor separação de tarefas para acompanhamento do Plano Diretor e das atividades de planejamento;

e) conhecimento e prática de gestão estratégica ainda em formação inicial no DTIC.

O PDTIC (2015-2016) foi aprovado em 2015, mas seu período de validade foi curto, em virtude da revisão provada pela resolução CNJ 211/2015.

3 DIRECIONAMENTO ESTRATÉGICO (PETIC 2015-2020)

De acordo com o Planejamento Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação vigente, a Missão, Visão, Valores e Objetivos estratégicos são definidos como:

3.1 Missão

"Prover o Judiciário Paranaense de soluções tecnológicas efetivas para que cumpra a sua função institucional".

3.2 Visão

"Ser reconhecido pela qualidade de seus serviços e soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação".

3.3 Valores

- Transparência
- Ética
- Celeridade
- Acessibilidade
- Justiça
- Inovação
- Eficiência
- Segurança

3.4 Objetivos Estratégicos

- OETIC-1. Aperfeiçoar as competências gerenciais e técnicas de pessoal de TIC

  Implementar um planejamento básico que vise à capacitação do corpo funcional de TIC (técnica e gerencial), melhorando a produtividade e o clima organizacional.

- OETIC-2. Prover infraestrutura de TIC apropriada às atividades judiciais e administrativas

  Instrumentalizar a área de TI para suportar as demandas do órgão por meio da adequação e modernização da infraestrutura e parque tecnológico, bem como adotar sistemas e serviços específicos.

- OETIC-3. Aprimorar a gestão orçamentária e financeira de TIC

  Garantir a utilização adequada dos recursos orçamentários de TIC, por meio de adoção de práticas que permitam o planejamento, a execução, a transparência e a medição da efetividade de sua aplicação.

- OETIC-4. Aperfeiçoar a governança e a gestão de TIC

  Criar um modelo de gestão de governança de TIC baseado nas melhores práticas do mercado, adequando-se à realidade do TJPR.

- OETIC-5. Aprimorar as contratações de TIC

  Utilização adequada dos recursos financeiros de TIC, por meio de adoção de práticas de gestão de contratações de TIC, e a aderência às diretrizes da resolução CNJ nº 182 de 17 de outubro de 2013 para Contratações de Soluções de TIC

- OETIC-6. Promover a adoção de padrões tecnológicos

  Implantar práticas de mercado que atendam a todo o ciclo de vida dos sistemas de informação, buscando a uniformização de procedimentos, metodologias, e também quando possível buscar a padronização para software e hardware.

- OETIC-7. Aprimorar e fortalecer a integração e a interoperabilidade de sistemas de informação

  Garantir a aderência às diretrizes estabelecidas pela Resolução CNJ nº 03 de 16 de abril de 2013, que institui o Modelo Nacional de Interoperabilidade entre o Poder Judiciário e Ministério Público, para os Sistemas Judiciais do TJPR (Projudi e PJe1).
- OETIC-8. Aprimorar a segurança da informação em TIC

  Criar, promover e manter normas de segurança da informação para TIC a partir de um processo de análise de riscos e envolvendo um comitê multidisciplinar dedicado.
- OETIC-9. Primar pela satisfação dos usuários de TIC

  Assegurar a agilidade e eficácia no atendimento dos serviços de TIC garantindo a satisfação dos usuários.

[1] O Sistema PJe é desenvolvido e mantido pelo CNJ, portanto apenas quanto solicitado oficialmente.

4 INVENTÁRIO DE RECURSOS DE TIC

4.1 Organização Departamental e Quadro de Colaboradores

Seguem abaixo o organograma atual e o quadro de colaboradores do Departamento de Tecnologia da Informação e Comunicação (DTIC):

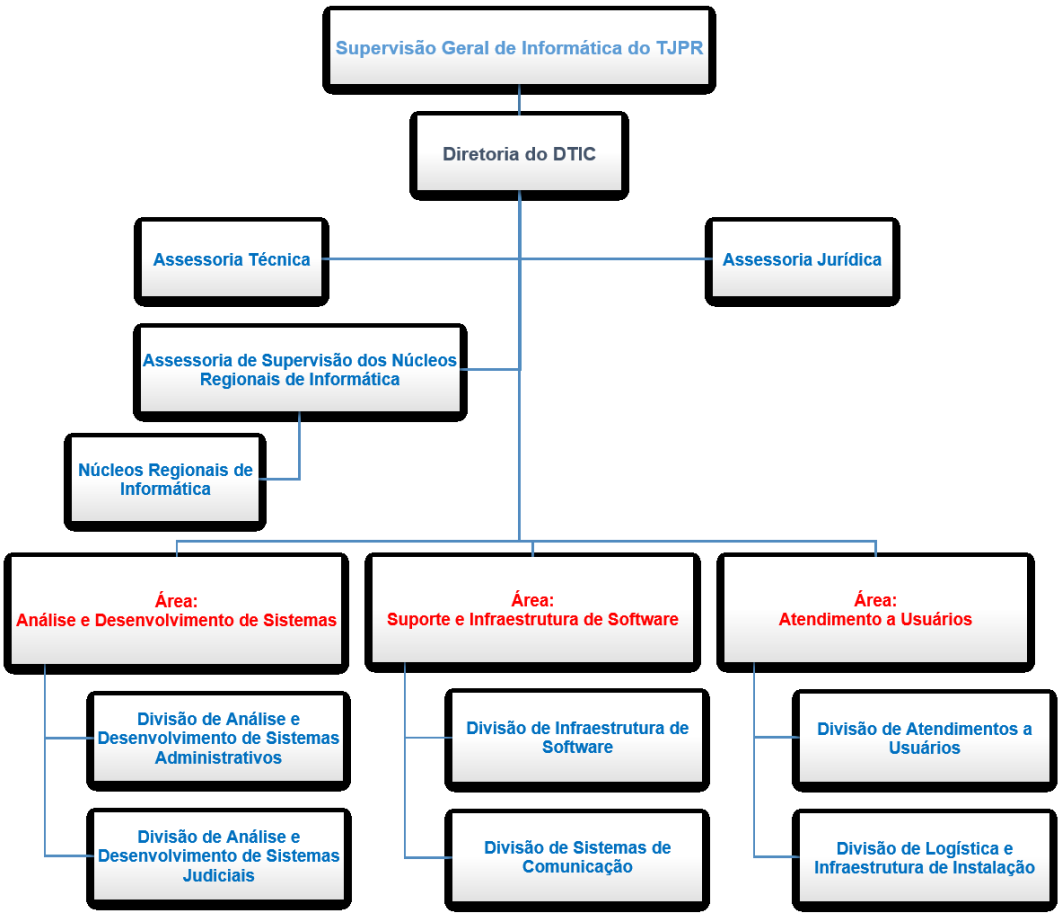


Figura 2 - Organograma do DTIC

Observação: as áreas demonstradas no organograma atual apenas ilustram a afinidade das divisões e assessorias, e todas estão subordinadas diretamente à Diretoria do DTIC.

QUADRO DE PESSOAL POR UNIDADE ADMINISTRATIVA E CARGO - DTIC			
Setor de Lotação	Cargo	Pessoas	Total
Direção	Técnico Judiciário Técnico em Computação	1 1	**02**
Assessoria Técnica	Técnico Judiciário Oficial Judiciário Analista de Sistemas	2 1 4	**07**
Assessoria Jurídica	Assessor Jurídico	4	**04**
Assessoria de Supervisão dos Núcleos Regionais de Informática: Curitiba, Região Metropolitana, Litoral, Londrina, Maringá, Foz do Iguaçu, Cascavel, Francisco Beltrão, Umuarama Guarapuava, Ponta Grossa	Técnico em Computação	66	**66**
Divisão de Análise e Desenvolvimento de Sistemas Administrativos	Analista de Sistemas	30	**30**
Divisão de Análise e Desenvolvimento de Sistemas Judiciais	Analista de Sistemas	32	**32**
Divisão de Atendimento a Usuários	Técnico Judiciário Técnico em Computação Oficial Judiciário Analista de Sistemas	1 37 4 1	**43**
Divisão de Infraestrutura de Software	Técnico Judiciário Técnico em Computação Analista de Sistemas	1 6 18	**25**
Divisão de Logística e Infraestrutura de Instalação	Técnico Judiciário Técnico em Computação Analista de Sistemas	3 7 1	**11**
Divisão de Sistemas de Comunicação	Técnico Judiciário Técnico em Computação Oficial Judiciário Analista de Sistemas	1 14 2 6	**23**
TOTAL DE COLABORADORES ***(atualizado em 27/10/2015)***			**243**

Tabela 1 - Quadro de Colaboradores do DTIC

Além do quadro efetivo de servidores, o departamento conta com a colaboração de 20 estagiários.

No Decreto Judiciário Nº 568/2010, os Núcleos Regionais de Informática estão distribuídos geograficamente conforme a figura abaixo:

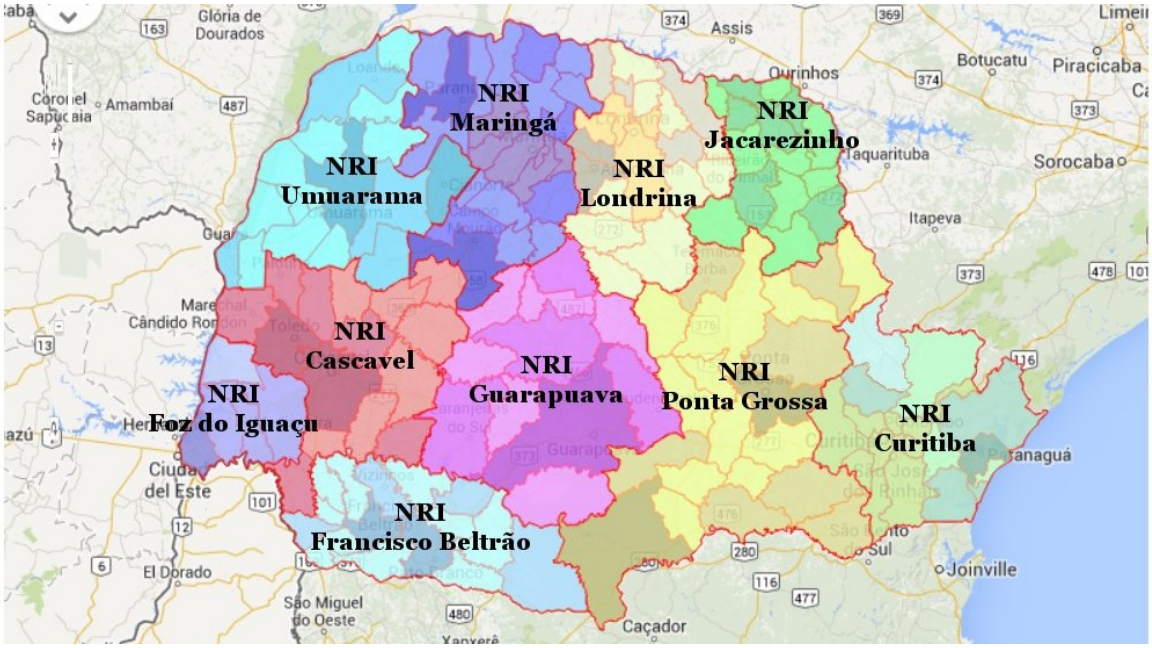


Figura 3 - Núcleos Regionais de Informática do TJPR

4.2 Equipamentos

Segue abaixo o inventário atual de equipamentos de infraestrutura, tais como computadores corporativos (servidores), equipamentos de armazenamento, de rede, de microinformática, links de comunicação de dados, entre outros.

4.2.1 Computadores Corporativos (servidores)

ITEM	Qtde	Proc	Core	Memória	Garantia	Local/Observações
Laminas Blade – intel	32	2	10	256 GB	24/06/2019	Capital – Sala Cofre
Laminas Blade – intel	6	2	4	16 GB	NÃO	Capital – Sala Cofre
Laminas Blade – intel	4	2	4	22 GB	NÃO	Capital – Sala Cofre
Laminas Blade itanium	2	1	8	48 GB	01/04/2019	Capital – Sala Cofre
Servidor DL980	5	8	10	1 TB	17/09/2017	Capital – Sala Cofre
Servidor DL580	5	4	6	256 GB	NÃO	Capital – Sala Cofre
Servidor DL580	5	4	6	256 GB	NÃO	Capital – anexo (-1)
Servidor R900 - CNJ	2	4	6	128 GB	NÃO	Capital – Sala Cofre
Servidor R710 - CNJ	4	2	4	96 GB	NÃO	Capital – Sala Cofre
Servidor Itanium – RX8640	1	8		48 GB	30/10/2018	Capital – Sala Cofre

4.2.2 Armazenamento

Storage – equipamento de armazenamento de informações/dados;

ITEM	Qtde	TB liquido	TB livre	Garantia	Local/Observações
Storage EMC – CX4-480	01	115	13	NÃO	Capital – Sala Cofre
Storage HITACHI – HUS 150	01	133	57	14/01/2019	Capital – Sala Cofre
Storage HITACHI – HUS 150	01	133	43	14/01/2019	Capital – Sala Cofre
Storage EMC – CX4-480	01	115	24	NÃO	Capital – anexo (-1)
Storage HITACHI – AMS2500 (Doação CNJ)	01	20	1	29/09/2018	Capital – anexo (-1
Backup em disco - Data Domain DD4200	01	62	6	10/03/2019	Capital – Sala Cofre
Backup em disco - Data Domain DD4200	01	62	35	10/03/2019	Capital – Sala Cofre

4.2.3 Backup

Tape Library – Equipamento para cópia de dados e informações para fitas magnéticas

ITEM	Qtde	Drive	Slots	Garantia	Local/Observações
Tape Library HP MSL8096	01	4 LTO4	96	29/06/2016	Capital – Sala Cofre
Tape Library DELL – ML6030	02	4 LTO6	225	10/03/2019	Capital – Sala Cofre

4.2.4 Solução de Segurança

ITEM	Qtde	Portas	Garantia	Local/Observações
Brocade – DS5100	04	40	30/04/2018	Capital – Sala Cofre
Brocade – DS5100	02	40	30/04/2018	Capital – Anexo (-1)

4.2.5 Firewall

ITEM	Qtde	Local/Observações
Firewall Next-Generation Firewall (NGFW), incluindo controle de aplicações, IPS, VPN e URL-Filtering (marca Palo Alto modelo PA-5060)	02	Capital – Sala Cofre

4.2.6 Redes

ITEM	Qtde	Local/Observações
Switch layer 3 (marca Cisco mdelo 3750)	30	Diversos setores e comarcas
Switch fast ethernet 24 portas (marca Cisco)	190	Diversos setores e comarcas
Switch fast ethernet 48 portas (marca Cisco)	402	Diversos setores e comarcas
Switch giga ethernet 24 portas (marca Cisco)	38	Diversos setores e comarcas
Switch giga ethernet 48 portas (marca Cisco)	32	Diversos setores e comarcas
Switch concentrador de rede (marca Cisco modelo Catalyst 6513)	02	Capital – Sala Cofre

4.2.7 Pontos de Acesso

ITEM	Qtde	Local/Observações
Access Point (marca Cisco modelo Aironet 1242G)	12	Salas de Sessão prédio Anexo
WLAN Controller (marca Cisco série 4400)	1	Capital – Sala Cofre

4.2.8 Links de Comunicação de Dados

Tipo	Qtde	Características	Observações	Provedor
Circuito IP dedicado	02	Acesso à internet com velocidade de 100 Mbps	Provê o acesso internet interno e externo do Tribunal de Justiça	OI
Circuito IP dedicado	01	Acesso à internet com velocidade de 800 Mbps	Provê o acesso internet interno e externo do Tribunal de Justiça	Data Corpore
Conexão de rede privada MPLS	201	Serviços de telecomunicações por meio de conexões privadas baseada na tecnologia MPLS com velocidades de 15 Mbps a 1,5 Gbps	Todos os prédios do Tribunal de Justiça	Copel Telecomunicações

4.2.9 Telefonia

ITEM	Qtde	Local/Observações
Central telefônica (marca NEC modelo SL100)	150	Comarcas intermediárias e iniciais
Central telefônica (marca NEC modelo SC8100)	15	Comarcas intermediárias
Central telefônica (marca Aastra modelo MXOne)	13	Comarcas finais e prédios do Palácio da Justiça, Anexo, Mauá, Vara de Família, Fórum Cível e Álvaro Ramos
Aparelhos telefônicos IP (marca Grandstream modelo Enterprise GXP1450)	1500	Diversos setores e comarcas
Aparelhos telefônicos analógicos (marca Intelbrás modelo TC 60)	1000	Diversos setores e comarcas

4.2.10 Sala Cofre

ITEM	Qtde	Garantia	Local/Observações
Área de 53 m² certificada pela ABNT NBR 15247, acreditada pelo IMMETRO	01	27/07/2020	Capital – Álvaro Ramos

4.2.11 Sistema de Energia Ininterrupta (Nobreak)

ITEM	Qtde	Potência	Garantia	Local/Observações
Nobreak APC	02	20KVA	12/07/2016	Capital – Anexo (-1)

4.2.12 Servidores Departamentais

Equipamentos utilizados em determinadas comarcas para distribuição de software e outras funcionalidades regionais.

ITEM	Qtde	Local/Observações
Servidores departamentais (marca Dell modelo R420)	60	Diversos setores e comarcas

4.2.13 Computadores COM Contrato de Garantia Vigente

Os equipamentos listados possuem contrato de garantia vigente e configurações apropriadas para as demandas técnicas do DTIC:

ITEM	Qtde	Contrato	Vigência
Positivo Master - D550	1.000	106/2012 DTIC	31/08/2017
Itautec Infoway ST4265	750	204/2014 DP	21/06/2017
Positivo Master - D550	500	186/2012 DTIC	30/11/2017
Positivo Master - D550	1.000	13/2013 DTIC	25/01/2018
Positivo Master - D550	500	202/2012 DTIC	07/02/2018
Positivo Master - D540	1.732	232/2014 DP	17/06/2018
Positivo Master - D570	750	64/2013 DTIC	08/07/2018
Positivo Master - D570A	1.000	205/2014 DTIC	19/08/2019
Positivo Master - D570A	500	301/2014 DTIC	05/12/2019
Positivo Master - D570A	500	335/2014 DTIC	06/02/2020
Positivo Master - D580	1.000	76/2015 DTIC	02/07/2020
TOTAL	9.232		

4.2.14 Computadores SEM Contrato de Garantia

Os equipamentos listados NÃO possuem contrato de garantia vigente e as configurações técnicas são classificadas de 1 a 3, sendo:

(1) Apropriadas para as demandas técnicas do DTIC;

(2) Atendem parcialmente as demandas técnicas do DTIC;

(3) Defasadas, não atendendo a contento as demandas técnicas do DTIC.

ITEM	Qtde	Classificação
Lenovo M58P - 6234-DG2	130	1
Lenovo M90P - 5864-B16	1.800	2
Lenovo M58P - 6234-E27	900	2
Lenovo M90P - 5864-BH7	670	2
Lenovo M57P - 6077-AJ5	1.500	3
Lenovo M55 - 8088-BC9	60	3
Lenovo - M55 - 8814-AB8	70	3
Dell Optiplex - 755SFF	650	3
TOTAL	5.780	

Fonte: Sistema Hermes em 10/11/2015

4.2.15 Notebooks COM Contrato de Garantia Vigente

Os equipamentos listados possuem contrato de garantia vigente e configurações apropriadas para as demandas técnicas do DTIC:

ITEM	Qtde	Contrato	Garantia
HP Probook 640 G1	250	86/2015 DTIC	21/07/2018

Observação: Equipamentos destinados à Desembargadores, Juízes Substitutos de 2º Grau e Salas de Sessões de 2º Grau.

4.2.16 Notebooks SEM Contrato de Garantia

Os equipamentos listados NÃO possuem contrato de garantia vigente e as configurações técnicas são classificadas de 1 a 3, sendo:

(1) Apropriadas para as demandas técnicas do DTIC;

(2) Atendem parcialmente as demandas técnicas do DTIC;

(3) Defasadas, não atendendo a contento as demandas técnicas do DTIC.

ITEM	Qtde	Classificação
Lenovo - T400-2767-E53	460	1
Lenovo - T410-2522-E66	460	1
Itautec Infoway W7635	190	3
TOTAL	1.110	

Fonte: Sistema Hermes em 10/11/2015

4.2.17 Impressoras e Multifuncionais COM contrato de garantia vigente

ITEM	Qtde	Contrato	Garantia
Samsung SCX-4833FD Multifuncional	300	78/2012 DTIC	17/08/2016
Samsung SCX-4833FD Multifuncional	300	122/2012 DTIC	30/08/2016
Samsung SCX-6555N Multifuncional	535	54/2012 DTIC	23/10/2016
Samsung SCX-6555NX Multifuncional	465	54/2012 DTIC	23/10/2016
Samsung SCX-4833FD Multifuncional	300	08/2013 DTIC	26/02/2017
Samsung SCX-6555NX Multifuncional	250	09/2013 DTIC	25/03/2017
Samsung - M4020ND Laser comum	300	317/2014 DTIC	20/11/2017
TOTAL	2.450		

4.2.18 Impressoras e Multifuncionais SEM Contrato de Garantia

ITEM	Qtde
Epson FX 890 - Matricial	50
Diebold – Matricial	200
HP Deskjet – 5650	650
Lexmark - T430DN – Laser comum	50
Xerox Phaser - 3500DN	900
Xerox Phaser - 3600DN	90
Xerox Phaser - 4510N	60
Lexmark - E332n	30
Xerox Phaser - 4510N	10
TOTAL	2.040

Fonte: Sistema Hermes em 10/11/2015

4.2.19 Scanners

ITEM	Qtde
Canon DR-2580C	370
Epson Workforce Pro GT-S50	460
Fujitsu fi-6230	240
Fujitsu S510	320
Kodak i1220 Plus	950
Kodak i2600	970
Kodak i3400[*1]	7
Mesa Digitalizadora Kodak modular A3[*1]	7
Mesa Digitalizadora A4 Para Scanner Kodak	6
TOTAL	3.330

Fonte: Sistema Hermes em 10/11/2015

([*1]) Kodak i3400 e Mesas Digitalizadoras Kodak modular A3 estão em contrato de garantia até 29/07/2017 (contrato 232/2014 DP).

4.3 Software de Infraestrutura e Escritório

Quanto ao software de infraestrutura, segue um resumo dos sistemas operacionais, das licenças de uso para acesso aos servidores (CAL) e demais aplicativos de escritório.

4.3.1 Licenças de Uso em Servidores

SOFTWARE	Qtde	Garantia	Observações
Virtualização - VmWare – Enterprise Plus	36	08/08/2016	Servidores na Sala Cofre
Virtualização - VmWare – Enterprise Plus - OEM	40	NÃO	Servidores na Sala Cofre
Virtualização - VmWare – Enterprise Plus	40	26/06/2017	Servidores na Sala Cofre
Virtualização - VmWare – Enterprise Plus	64	24/06/2019	Servidores na Sala Cofre
Virtualização - VmWare – vCenter Server Standard	3	08/08/2016	Servidores na Sala Cofre
Backup – NetWork EMC	90TB	10/03/2019	Servidores na Sala Cofre
Licenças Jira e Greenhopper	500	12/03/2017	Desktop - DTIC
Certificado – Assinador de Código - ActiveWeb	1	30/10/2016	Servidores na Sala Cofre
Certificado – Servidor ou Site - ActiveWeb	1	26/11/2018	Servidores na Sala Cofre
Liferay portal Enterprise Edition	4	29/03/2016	Servidores na Sala Cofre
Liferay portal Enterprise Edition	2	18/12/2017	Servidores na Sala Cofre
Red Hat Enterprise Linux Server, Premium (4 sockets)	3	22/08/2016	Servidores na Sala Cofre
Sunopsis - Oracle	1	30/10/2017	Servidores na Sala Cofre
AlivePro	1	19/03/2018	Servidores na Sala Cofre
Sybase ASE – Itanium	8	15/04/2018	Servidores na Sala Cofre
Licenças Dynatrace (Monitoramento de aplicações)	95	12/08/2016	Servidores na Sala Cofre

4.3.2 Licenças de uso de Aplicativos / Utilitários

SOFTWARE	Qtde	Observações
Office Enterprise 2007	13	
Office Premium 2000	1	
Office Professional 2003	27	
Office Professional Plus 2010	643	
Office Professional 97	1	
Office Professional Plus 2013	12954	Licenças válidas: 13000 unid.
Office Standard 2003	37	
Project Professional 2007	2	
Project Professional 2010	1	
Project Professional 2013	38	Licenças válidas: 70 unid.
SQL Server - Enterprise 2008	2	
SQL Server - Enterprise 2012	1	Licenças válidas: 4 unid.
SQL Server - Standard 2005	1	
SQL Server - Standard 2012	2	Licenças válidas: 13 unid.

Visio Professional 2007	2	
Visio Professional 2013	9	Licenças válidas: 3 unid.
Visio Standard 2010	2	
Windows 7 Enterprise	13457	Licenças válidas: 13000 unid.
Windows 7 Professional	117	
Windows 8 Enterprise	4	
Windows 8 Professional	1	
Windows Professional XP	37	

4.4 Software Aplicativo

Os seguintes sistemas de aplicação estão disponíveis, tanto os desenvolvidos no próprio departamento como licenças de uso de software de terceiros, para a atividade fim do Poder Judiciário como para a Administração do Tribunal de Justiça:

4.4.1 Sistemas Corporativos Judiciais

ID	Nome / Módulos	Descrição	Internet	Banco de Dados	Ling.	Situação
1	PROJUDI • Juizado Especial Cível • Juizado Especial Criminal • Turma Recursal • Infância e Juventude Cível • Adolescentes em Conflito c/ a Lei • Família • Juizado Especial da Fazenda Pública • Vara Cível • Vara da Fazenda Pública • Vara Criminal • Execução Penal • Execução Penal e Medidas Alternativas • Plantão Judiciário • Competência Delegada • Auditoria Militar Cível • Corregedoria dos Presídios • Varas de Registros Públicos e Acidentes de Trabalho • 2º GRAU (Família e Infância) • Plantão Judiciário • Mesa do Corregedor, 2ª Vice-Presidência • Processo administrativo CGJ • SEEU (Sistema Eletrônico de Execução Unificada) - CNJ	Sistema de gerenciamento de processos eletrônicos, implantado em todo o Estado do Paraná, abrangendo todas as competências judiciais em 1º grau, turma recursal e 2º Grau (especialidade família).	Sim	PostgreSQL	Java	Em uso
2	SNU	Geração de numeração única para processos judiciais, de acordo com	Sim	PostgreSQL	Java	Em uso

ID	Nome / Módulos	Descrição	Internet	Banco de Dados	Ling.	Situação
		CNJ.				
3	SICC • Varas Criminais • Distribuição Criminal • Vara de Cartas Precatórias • Vara de Auditoria Militar • Varas do Tribunal do Juri • Vara de Crimes contra o Menor • Juizado Especial de Crimes contra a Mulher • Varas de Trânsito	Sistema de acompanhamento processual de processos físicos de varas criminais.	Não (somente página de consulta processual)	PostgreSQL	Delphi	Em uso
4	CEPA - PENAS ALTERNATIVAS	Sistema de acompanhamento de penas alternativas – somente utilizado por Curitiba	Não	Mumps	Delphi/ Mumps	Legado
5	CEJA - COMISSÃO ESTADUAL DE ADOÇÃO	Controle de adoções internacionais	Não	Mumps	Delphi/ Mumps	Em uso
6	ORÁCULO - ANTECEDENTES CRIMINAIS	Consulta de antecedentes criminais em bases de dados de sistemas (criminais)	Sim	PostgreSQL	Java	Em uso
7	JUDWIN • Sistema Movimentação Processual • Gabinete Desembargador • Assessoria de Recursos • Internet	Sistema de acompanhamento processual de recursos físicos em 2º Grau. Sistema mantido pela Empresa MPS – terceirizada.	Não (somente página de consulta processual)	Sybase	SQLServer	Em Uso (processo de desativação pelo PJe)
8	TURMAREC	Sistema de acompanhamento processual de recursos físicos nas turmas recursais. Sistema mantido pela Empresa MPS – terceirizada.	Não (somente página de consulta processual)	Mumps	Delphi / Mumps	Em uso
9	SIJEC – Juizados Especiais Criminais	Sistema de acompanhamento processual de juizados especiais criminais	Não (Somente página de consulta processual)	Caché	Delphi	Em uso
10	MONITORAMENTO (CGJ)	Relatórios baseados na base de dados do SICC	Sim	PostgreSQL	Java	Em uso

ID	Nome / Módulos	Descrição	Internet	Banco de Dados	Ling.	Situação
11	META 2	Relatórios Meta2/2009 e 2010	Sim	PostgreSQL	Java	Em uso
12	CALCULADORA DE PENA	Calculadora de penas – Execuções Penais	Sim	Não se aplica	Javascript	Em uso
13	CONSULTAS PROCESSUAIS WEB	Consulta de processos, unificada, a ser disponibilizada no Portal TJPR. Abrange os sistemas PROJUDI (1º Grau, Turma Recursal, 2º Grau), SICC (Vara Criminal), JUDWIN (2º Grau), CÍVEL (Vara Cível). Este sistema está alinhado ao CNIPE/CNJ, de modo a alimentá-lo através de serviços.	Sim	Não se aplica	Java	Aguardando homologação
14	e-MANDADO	Envio de mandados e alvarás eletrônicos para Delegacias de Polícia Civil.	Sim	PostgreSQL	Java	Em uso
15	AUTORIZAÇÃO DE VIAGENS	Autorização de viagens – Infância e Juventude	Sim	PostgreSQL	Java	Em uso
16	JURISPRUDÊNCIA	Gerenciamento da jurisprudência do TJPR (incluindo turma recursal).	Sim	PostgreSQL	Java	Em uso
17	eVEP	Sistema de acompanhamento de processos físicos de varas de execução penal	Sim	PostgreSQL	Java	Legado
18	DistProcessual	Sistema de gerenciamento para o cartório distribuidor, implantado em novas comarcas ou onde ocorreu estatização do referido cartório.	Sim	PostgreSQL	Java	Em uso
19	Boletim Unificado	Centralizador de boletins mensais forenses (serventia e magistrado), em substituição ao boletim forense mantido pela Empresa Celepar e ao “Anexo C” solicitado pela CGJ.	Sim	PostgreSQL	Java	Em uso
20	Cível	Sistema para controle de processos físicos de varas cíveis, implantado em novas comarcas ou onde ocorreu estatização de	Sim	PostgreSQL	Java	Em uso

ID	Nome / Módulos	Descrição	Internet	Banco de Dados	Ling.	Situação
		cartórios desta competência.				
21	Sessão Digital	Realização da sessão de julgamento em 2º grau utilizando documentos digitais, para processos físicos (dependência direta do sistema JUDWIN).	Sim	PostgreSQL	Java / WebIntegrator	Em uso
22	CAJU - Cadastro de Auxiliares da Justiça	Sistema para cadastro e controle de auxiliares: peritos, síndicos/administradores judiciais, intérpretes, leiloeiros, jurados voluntários.	Sim	PostgreSQL	Java	Em uso
23	Banco de Sentenças	Gerenciamento de sentenças em 1º grau.	Sim	PostgreSQL	Java	Em uso
24	Gestão do Arquivo de Processos Judiciais - GAJUS	Sistema para gerenciar os processos físicos arquivados no Barracão de Pinhais.	Sim	PostgreSQL	Java	Em uso
25	Consulta a Processos Físicos do 2º Grau – COP	Consulta a processos físicos do 2º grau, incluindo em segredo de justiça, a partir do Portal TJPR por advogados e servidores autorizados. Visa substituir a consulta atual do Portal TJPR. Possui incorporado o pedido de sustentação oral.	Sim	Não se aplica	Java	Em uso
26	Consulta a Processos Físicos da Turma Recursal - JUREC	Consulta a processos físicos da Turma Recursal. Visa substituir o sistema TurmaRec (Empresa MPS), mas permitindo somente consulta aos dados.	Sim	Não se aplica	Java	Aguardando homologação
27	PJe	Sistema de gerenciamento de processos eletrônicos mantido pelo CNJ. Atenderá às ações em 2º grau, inicialmente às originárias.	Sim	PostgreSQL	Java	Em uso
28	Processômetro – 1ª Vice-Presidência/Assessoria de Recursos	Aplicativo para apresentação de despachos elaborados e assinados junto à 1aVice-	Não	Não se aplica	Java	Em uso

ID	Nome / Módulos	Descrição	Internet	Banco de Dados	Ling.	Situação
		Presidência, para substituir o atual "Processômetro" desenvolvido pelo servidor Pedro Zaniolo – sistema não suportado por este Departamento.				
29	Calculadora Judicial	Cálculo de custas e multas.	Sim	PostgreSQL	Java	Em uso

4.4.2 Sistemas Corporativos Administrativos

ID	Nome / Módulos	Descrição	Internet	Banco de Dados	Ling.	Situação
1	HÉRCULES • R.H. • Magistratura • Corregedoria • Estagiários • Juízes Leigos e Conciliadores	Recursos Humanos e Folha Pagamento	Sim	PostgreSQL	Java	Em uso
2	DOMUS	Sistema de Gerenciamento de Organogramas e Endereços do TJPR	Sim	PostgreSQL	Java	Em uso
3	HERMES • Fornecedores • Almoxarifado • Contratos • Bens Permanentes • Convênios	Gestão Patrimonial e Compras	Sim	PostgreSQL	Java	Em uso
4	SGMP	Sistema de Gerenciamento de Movimentação Processual Corregedoria, Concursos e Gerador de Documentos SGMP	Não	Caché	Delphi	Em uso
5	Magistratura	Sistema de Controle de Magistrados, Funcionários e Serventuários	Não	Caché	Delphi	Em uso
6	CentroCopia	Sistema de Gestão de Fotocópias	Não	Caché	Delphi	Em uso
7	FROTA	Controle da Frota de veículos	Não	Caché	Delphi	Em uso
8	MENSAGEIRO	Sistema de Comunicação Oficial do TJPR	Sim	PostgreSQL	Java	Em uso
9	FUNDOS • Guias do FUNJUS	Gestão de Arrecadação de Custas	Sim	PostgreSQL	Java	Em uso

ID	Nome / Módulos	Descrição	Internet	Banco de Dados	Ling.	Situação
	• Guias do FUNREJUS • Gestão de Arrecadação e Destinação provenientes de Prestações Pecuniárias • Guia do Oficial de Justiça					
10	FUNREJUS	Sistema para gerenciamento de recolhimentos do FUNREJUS	Não	Caché	MUMPS	Em uso
11	MICROFILMAGEM	Sistema de Controle de Microfilmagem	Não	Caché	MUMPS	Em uso
12	PRECATÓRIOS	Sistema de Gerenciamento de Precatórios Requisitórios	Sim	PostgreSQL	Java	Em uso
13	Portal TJPR		Sim	PostgreSQL	Java	Em uso
14	EQP	Controle de Fitas de Backup	Não			
15	SIAF	Sistema de Controle Financeiro e Contábil	Sim			
16	E-DJ	Diário da Justiça Eletrônico	Sim	PostgreSQL	Java	Em uso
17	Formulários	Gerador de Formulários	Sim	PostgreSQL	Java	Em uso
18	Consultas no Portal		Sim	PostgreSQL	Java	Em uso
19	ARES	Sistema de Controle de Suporte				
20	SGU	Sistema de Controle de Usuários				
21	SEGURANÇA	Sistema de Autorização de Sistemas Próprios TJPR	Sim	PostgreSQL	Java	Em uso
22	SABIA	Sistema Bibliotecário	Não	Caché	MUMPS	Em uso
23	FOLHA DE PAGAMENTO		Não	Sybase	Delphi	Em uso
24	SGRH	Sistema de Recursos Humanos	Não	Caché	MUMPS	Em uso
25	SISCOM	Sistema de Controle de Comarcas	Não	Caché	MUMPS	Em uso
26	PROT	Sistema de Controle de Protocolos	Não	Caché	MUMPS	Em uso
27	PROTCV	Sistema de Controle de Protocolos Cíveis	Não	Caché	MUMPS	Em uso
28	CENTRO MÉDICO	Sistema de Controle Médico e Social	Não	Caché	MUMPS	Não
29	Portal da Transparência	Sistema para captura e publicação de dados no Portal da Transparência do TJPR	Sim	PostgreSQL	Java	Em uso
30	Malote Digital	Sistema de troca de mensagens e documentos do Poder Judiciário	Sim	PostgreSQL	Java	Em uso
31	SADE	Sistema de Acompanhamento de Despesas	Sim	PostgreSQL	Java	Em uso
32	SEI	Sistema Eletrônico de Informação	Sim	MySQL	PHP	Em uso
33	PONTO ELETRÔNICO	Sistema para Controle de Ponto	Sim	PostgreSQL	Java	Em uso

ID	Nome / Módulos	Descrição	Internet	Banco de Dados	Ling.	Situação
		dos funcionários do TJPR				
34	GESTÃO DE DIÁRIAS	Departamento Econômico e Financeiro	Sim	PostgreSQL	Java	Em uso
35	LICIT	Sistema de Comunicação dos Editais Licitatórios	Sim	Caché	ASP	Em uso
36	SISOUV	Sistema para Ouvidoria	Sim	PostgreSQL	Java	Em uso
37	ATHOS	Sistema para Confecção de Documentos	Sim	PostgreSQL	Java	Em uso
38	GLADIUS	Sistema de Gestão Departamental	Sim	PostgreSQL	PHP	Em uso
39	SAU	Sistema de Atendimento a Usuários de Informática	Sim	PostgreSQL	Java	Em uso
40	SCM	Sistema para Centro Médico	Não	Postgresql	Delphi	Em uso
41	Biblioteca	Sistema de Gestão de Biblioteca	Sim	Postgresql	Java	Em desenvolvimento
42	S-FUNREJUS	Gestão Financeira e Orçamentária – Funrejus	Não	Caché	MUMPS	Em uso
43	SISCO	Sistema de Compras – DP	Não	Caché	MUMPS	Em uso
44	SISCOF	Sistema de Compras – FUNREJUS	Não	Caché	MUMPS	Em uso
45	FOL	Sistema Legado da Folha de Pagamento	Não	Caché	MUMPS	Em uso parcial
46	Concursos	Sistema para controle de concursos	Não	Caché	Delphi	Em uso
47	Publique-se	Sistema de Gestão de Publicação de Documentos no Portal	Sim	Postgresql	Java	Em uso
48	CEPs	Serviços para consulta de CEPs	Não	Postgresql	Java	Em uso

5 PLANO DE METAS

O Plano de Metas define marcos mensuráveis controláveis e quantificáveis sobre as ações em execução neste Plano Diretor para a satisfação dos objetivos estratégicos do PETIC.

A tabela abaixo apresenta para cada objetivo estratégico, os indicadores estratégicos e as respectivas metas a serem alcançadas no horizonte do Plano.

Objetivos	Indicador / Meta	2016
OETIC-01 **Aperfeiçoar as competências gerenciais e técnicas de pessoal de TIC**	**IE-01. Índice de Aplicação do Plano Anual de Capacitação** Percentual de execução do Plano Anual de Capacitação.	**70%**
OETIC-02 **Prover infraestrutura de TIC apropriada às atividades judiciais e administrativas**	**IE-02.1. Índice de implantação do DATACENTER 1** Percentual de Implantação do ambiente de Datacenter (Sala Cofre) conforme requisitos mínimos de segurança e de disponibilidade	100%
	IE-02.2. Índice de implantação do DATACENTER 2 Percentual de Implantação do ambiente de Datacenter (Sala Segura) conforme requisitos mínimos de segurança e de disponibilidade	5%
OETIC-03 **Aprimorar a gestão orçamentária e financeira de TIC**	**IE-03. Índice de execução do Plano Orçamentário de TIC** Percentual de Execução do Orçamento de TIC	80%
OETIC-04 **Aperfeiçoar a governança e a gestão de TIC**	**IE-04. Índice de Governança de TI (iGovTI)**Grau de cumprimento das Nível de maturidade de governança e gestão de TIC conforme diretrizes iGovTI do TCU.	**Intermediário**
OETIC-05 **Aprimorar as contratações de TIC**	**IE-05. Índice de execução do Plano de Contratações de TIC** Percentual de execução do Plano de Contratações de TIC	80%

OETIC-06 **Promover a adoção de padrões tecnológicos**	**IE-06. Índice de formalização da Metodologia de desenvolvimento e de sustentação de Software** Formalização da metodologia de desenvolvimento e de sustentação de software	100%
OETIC-07 **Aprimorar e fortalecer a integração e a interoperabilidade de sistemas de informação**	**IE-07. Índice de aderência dos Sistemas Judiciais ao MNI** Percentual de aderência dos sistemas judiciais ao Modelo Nacional de Interoperabilidade (MNI)	80%
OETIC-08 **Aprimorar a segurança da informação de TIC**	**IE-08. Índice de formalização da Gestão de Riscos** Formalização de um processo de Gestão de Riscos em TIC	100%
OETIC-09 **Primar pela satisfação dos usuários de TIC**	**IE-09. Índice de Satisfação dos Usuários de TIC** Percentual de Satisfação dos usuários Internos de TIC	80%

Tabela 2 – Metas e Indicadores do PETIC (2016)

6 PLANO DE AÇÕES

As ações deste Plano Diretor estão relacionadas na tabela a seguir, com os respectivos gestores e envolvidos, e demais informações pertinentes.

As ações que demandam a elaboração de projeto têm o projeto arrolado no Portfólio de Projetos do DTIC, podendo este ser um subprojeto de um projeto maior corporativo sob supervisão do Departamento de Planejamento do TJPR.

6.1 Programas ou Projetos ou Ações

A seguir são apresentados os Programas, Projetos ou Ações que foram priorizados para execução em 2016. Também são relacionados os objetivos estratégicos, as áreas do DTIC responsáveis pela condução das atividades e as áreas envolvidas.

ID	Programas ou Projetos ou Ações		OETIC	Responsável	Colaboradores
1	Proposta de Reestruturação do DTIC		3,4 e 5	Diretoria DTIC	SGTIC e DPLAN
2	Implantação da Política de Segurança de TIC		8	DSC	DIS, SUNRI, DAU
3	Implantação da Equipe de Governança de TIC		4	AT	
3.1	Implantação da Equipe de Governança de TIC	Construir o plano de implantação da equipe de Governança de TI	4	AT	
3.2	Implantação da Equipe de Governança de TIC	Implantar Escritório de Projetos de TIC	4	AT	
3.3	Implantação da Equipe de Governança de TIC	Acompanhar e publicar o desempenho dos projetos de TIC	4	AT	
3.4	Implantação da Equipe de Governança de TIC	Implantar o Gerenciamento de Demandas e Projetos de TIC	4	AT	
4	Implantação do Perfil de Governança do iGovTI		4, 6 e 9	AT	
4.1	Implantação do Perfil de Governança do iGovTI	Implantar a Gestão de Processos	4 e 6	AT	
4.2	Implantação do Perfil de Governança do iGovTI	Execução da Gestão de Riscos	4 e 6	AT	
4.3	Implantação do Perfil de Governança do iGovTI	Revisar o Catálogo de Serviços	9	DAU	DTIC
5	Implantação do Comitê de Segurança da Informação		8	Diretoria DTIC	DTIC, SGTIC
6	Mapeamento de Processos		2, 4, 6 e 9		
6.1	Mapeamento de Processos	Estudo e seleção da ferramenta de Mapeamento de Processos para o TJPR	6	DIS	DPLAN e AT

ID	Programas ou Projetos ou Ações		OETIC	Responsável	Colaboradores
6.2	Mapeamento de Processos	Mapear Processo de Continuidade de Serviços de TIC	2, 4 e 9	DIS	DTIC
6.3	Mapeamento de Processos	Mapear Processo de Desenvolvimento de Software	4 e 6	DIS	DADSA, DADSJ, DAU
6.4	Mapeamento de Processos	Mapear Processo de Gerenciamento de Mudanças	4	DIS	DTIC
6.5	Mapeamento de Processos	Mapear Processo de Gerenciamento de Configuração	4	DIS	DTIC
6.6	Mapeamento de Processos	Mapear Processo de Gerenciamento de Ativos	4	SUNRI	DIS,DSC, DLII
6.7	Mapeamento de Processos	Mapear Processo de Liberação e Implantação de Software	4	DIS	DADSA,DADSJ
6.8	Mapeamento de Processos	Mapear Processo de Gerenciamento de Incidentes	4	DAU	AT
6.9	Mapeamento de Processos	Mapear Processo de Gerenciamento de Problemas	4	DAU	DTIC
6.10	Mapeamento de Processos	Mapear Processo de Gerenciamento de Riscos	4	AT	DTIC
6.11	Mapeamento de Processos	Mapear Processo de Gerenciamento e Execução de Backup	4	DIS	DSC
6.12	Mapeamento de Processos	Mapear Processo de Gerenciamento da Central de Atendimento	9	DAU	DTIC

ID	Programas ou Projetos ou Ações		OETIC	Responsável	Colaboradores
6.13	Mapeamento de Processos	Promover a Padronização dos Processos	6	DIS	DTIC
7	Plano Anual de Capacitação		1		
7.1	Plano Anual de Capacitação	Planejamento e Execução do Plano de Capacitação	1	AT	DTIC
7.2	Plano Anual de Capacitação	Aquisição de Livros e Periódicos	1	AT	DTIC
8	Monitoramento dos Sistemas de Informação		2	DIS	DTIC
9	Contratação		2 e 5		
9.1	Contratação	Aprimorar o Processo de Contratação de TIC	5	AT	DTIC
9.2	Contratação	Aprimorar o Processo de Gestão de Contratos	5	AT	DTIC
10	Orçamentação		3		
10.1	Orçamentação	Aprimorar o processo de Orçamentação	3	AT	DTIC
10.2	Orçamentação	Acompanhar Execução do Orçamento	3	AT	DTIC
11	Revisar o Plano de Atualização Tecnológica (PAT)		2 e 5		
11.1	Revisar o Plano de Atualização Tecnológica (PAT)	Elaborar Documentação e Manutenção do Mesmo	2 e 5	DIS	DSC e SUNRI
11.2	Revisar o Plano de Atualização Tecnológica (PAT)	Renovação de Licenças de Software	2 e 5	AT	

ID	Programas ou Projetos ou Ações		OETIC	Responsável	Colaboradores
12	Padronização de Ferramentas e Tecnologias de TIC		6	DIS	DTIC
13	Implantação do Modelo de Acessibilidade do Governo (eMAG) e art.20 Res. CNJ 211/2015		6	DIS	DTIC
14	Promover convivência do sistema JUDWIN até a completa operacionalização do sistema PJe		2	DADSJ	DIS e DAU
15	Promover a substituição do sistema FOLHA		2	DADSA	DIS e DAU
16	Promover a substituição do sistema SISCOM		2	DADSA	DIS e DAU
17	Promover a implantação do PJe 2º grau		2 e 7	Diretoria DTIC	DADSJ, DIS, DAU
18	Promover a adequação do Projudi-VEP ao SEEU (Sistema Eletrônico de Execução Unificado) do CNJ		2 e 7	DADSJ	DAU, DIS
19	Implementar Pesquisa de Satisfação dos Usuários		9	DAU	DTIC
20	Implementação do Plantão de TIC		9	AT	DTIC
21	Estudo de Ferramentas de *Business Intelligence*		2	DIS	DTIC
22	Implantação da Solução de Gravação de Audiências Judiciais de 1º Grau e Menor dano		2	AT	SUNRI

6.2 Informações complementares dos Projetos

1. Projeto: Proposta de Reestruturação do DTIC.

Elaborar uma proposta de reestruturação do DTIC, devido a crescente necessidade de melhoria na prestação dos serviços de competência deste Departamento, bem como, objetivando o aperfeiçoamento no gerenciamento dos mesmos e submeter à aprovação da Presidência do TJPR.

Responsável: Diretoria do DTIC Prazo: 2016

Atividades: Formalizado a solicitação via SEI (0074569-71.2015.8.16.6000) acompanhando definições da Presidência TJPR.

2. Projeto: Implantação da Política de Segurança de TIC.

Dar andamento na proposta de Política de Segurança de TIC em trâmite no TJPR, e aprovação dos cadernos de normas e procedimentos.

Responsável: Divisão de Sistemas de Comunicação Prazo: 2016

Atividades: Formalizado a solicitação via SEI (0063818-25.2015.8.16.6000) acompanhando definições da Presidência TJPR.

3. Projeto: Implantação da Equipe de Governança de TIC

Realizar a implantação da Equipe de Governança de TIC, desde definições básicas da estruturação (papeis e responsabilidades, atividades e prioridades), até sugestões de alterações no Portal do DTIC visando a transparência e publicação deste assunto.

Responsável: Assessoria Técnica Prazo: 2016

Atividades sugeridas:

- Atribuição dos Papeis e Responsabilidades da equipe, conforme proposta de Reestruturação;
- Publicação das Informações relacionadas à Governança de TIC no Portal TJPR;
- Elaboração de Procedimentos Operacionais Padronizados.
- Criação de um portfólio de projetos estratégicos de TIC.
- Acompanhar e publicar o desempenho dos projetos de TIC.

- Implantar o Gerenciamento de Demandas e Projetos de TIC.

4. Projeto: Implantação do Perfil de Governança do iGovTI

Implantar no DTIC as recomendações sobre governança de TIC (sugeridas através do questionário de avaliação iGovTI do TCU – versão 2016).

Responsável: Assessoria Técnica Prazo: 2016

Atividades sugeridas:

- Revisar o documento iGovTI;
- Acompanhar os projetos e as ações previstas neste documento, e o relacionamento das mesmas com as atividades do questionário do iGovTI;
- Contemplar prioritariamente as atividades de Gestão de Processos, Riscos de TI.
- Avaliação constante do Questionário do iGovTI;

5. Projeto: Implantação do Comitê de Segurança da Informação

Provocar a implantação do Comitê Gestor de Segurança da Informação no âmbito do PJPR, para gerir as políticas de segurança da informação conforme artigo 9º da Res CNJ 211/2015.

Responsável: Diretoria do DTIC Prazo: 2016

Atividades: formalizar o pedido via SEI para a Supervisão Geral de Tecnologia da Informação e Comunicação e Cúpula Diretiva;

6. Projeto: Mapeamento de Processos

Formalizar os procedimentos, rotinas e processos vigentes no DTIC, permitindo a sua divulgação e transparência para todo o departamento. Serão necessárias definições: ferramentas, ambiente, nível de detalhamento, padronizações, e melhorias internas.

Responsável: Divisões e Assessorias do DTIC Prazo: 2016

Atividades Sugeridas:

- Estudo e seleção da ferramenta de Mapeamento de Processos para DTIC do TJPR;
- Promover a Padronização dos Processos;
- Mapear os Processos:
    - Processo de Demandas;
    - Processo de Gerenciamento de Projetos de TI;
    - Processo de Desenvolvimento de Software;
    - Processo de Sustentação de Software;
    - Processo de Liberação e Implantação de Software;
    - Processo de Gerenciamento de Mudanças;
    - Processo de Continuidade de Serviços de TIC;
    - Processo de Gerenciamento de Configuração e Ativos de Serviço;
    - Processo de Gerenciamento da Central de Atendimento;
    - Processo de Gerenciamento de Incidentes;
    - Processo de Gerenciamento de Requisições;
    - Processo de Gerenciamento de Problemas;
    - Processo de Gerenciamento de Riscos de TI;
    - Processo de Gerenciamento de Backup e Restore;
    - Processo de Gerenciamento de Eventos (Monitoria);
    - Processo de Orçamentação de TIC;
    - Processo de Contratações de TIC no DTIC;
- Aprovar perante a Diretoria DTIC e Supervisão Geral de Tecnologia da Informação e Comunicação;
- Publicar no Portal do TJPR para a Institucionalização dos Processos de TIC;

7. Projeto: Plano Anual de Capacitação.

Elaborar um plano de capacitação para os colaboradores do DTIC (no ano 2016), considerando as informações técnicas identificadas na pesquisa de conhecimento dos colaboradores (2014), dos treinamentos disponíveis com a Microsoft, treinamentos previstos nos editais atuais e futuros, treinamentos possíveis pela ESEJE, e treinamentos Internos. Também, prever a compra de periódicos e livros especializados (CEDOC).

Responsável: Assessoria Técnica DTIC Prazo: 2016

Atividades sugeridas:

- Identificar cursos e áreas de TI desejados pelos colaboradores do DTIC, e no preenchimento do questionário de conhecimento;
- Reunião com o Diretor e Gestores para identificar meios viáveis de capacitação no DTIC;
- Reunião com representantes da ESEJE para conhecer os recursos disponíveis para TI;
- Estruturação e discussão do documento Plano de Capacitação;
- Aprovação do Plano de Capacitação pela Supervisão Geral de Tecnologia da Informação e Comunicação;

8. Projeto: Monitoramento dos Sistemas de Informação.

Aprimorar os procedimentos e a adoção de ferramentas para monitoramento dos Sistemas de TIC, garantindo assim sempre um elevado índice de tempo de atividade (Uptime) dos sistemas.

Responsável: Divisão de Infraestrutura de Software Prazo: 2016

Atividades Sugeridas:

- Identificação das atividades e procedimentos da equipe de Monitoria;
- Identificação e padronização de procedimentos e ferramentas;
- Mapeamento do Processo de Monitoria;
- Sugestões de Melhorias no processo atual;
- Aprovação da documentação gerada pelo Diretor e Supervisão Geral de Tecnologia da Informação e Comunicação;;
- Publicação no Portal do DTIC;

9. Projeto: Contratação

Rever os procedimentos necessários no processo de contratação, e a automatização de controles internos.

Responsável: Assessoria Técnica do DTIC Prazo: 2016

Atividades Sugeridas:

- Estudo da Resolução CNJ nº 182 / 2013;
- Elaboração de Proposta de Processo para Contratações no DTIC, alinhado com a resolução citada anteriormente.
- Aprovação da documentação gerada pelo Diretor e Supervisão Geral de Tecnologia da Informação e Comunicação;
- Publicação no Portal do DTIC;

10. Projeto: Orçamentação

Rever os procedimentos necessários no processo de orçamentação, e a automatização de controles internos.

Responsável: Assessoria Técnica do DTIC Prazo: 2016

Atividades Sugeridas:

- Estudo das atividades atuais de orçamentação do DTIC;
- Elaboração de uma Proposta de Processo para Orçamentação no DTIC, alinhado com o Plano de Contratações de TIC e Controles de Demandas e Projetos do departamento.
- Definir automatização para acompanhamento da execução do orçamento de TIC;
- Aprovação da documentação gerada pelo Diretor e Supervisão Geral de Tecnologia da Informação e Comunicação;
- Publicação no Portal do DTIC;

11. Projeto: Revisar o Plano de Atualização Tecnológica (PAT)

Mapear o atual processo e revisar a documentação disponível para elaboração do Plano de Atualização Tecnológica (PAT) para o DTIC. (Fev. a Dez./ 2016).

Responsável: Divisão de Infraestrutura de Software Prazo: 2016

Atividades Sugeridas:

- Identificar e mapear as informações existentes sobre os Ativos de TIC;
- Documentar as regras para as renovações de todo o parque tecnológico do TJPR;

- Elaborar uma Proposta de Processo para o Plano de Atualização Tecnológica (PAT).
- Definir indicadores para o acompanhamento do PAT;
- Aprovação da documentação gerada pelo Diretor e Supervisão Geral de Tecnologia da Informação e Comunicação;
- Publicação no Portal do DTIC;

12. Projeto: Padronização de Ferramentas e Tecnologias de TIC

Padronização das ferramentas e tecnologias utilizadas no DTIC, estabelecendo de forma objetiva as tecnologias homologadas no departamento.

Responsável: Divisão de Infraestrutura de Software Prazo: 2016

Atividades Sugeridas:

- Identificar as ferramentas, aplicativos, softwares em geral utilizados no DTIC e demais áreas do TJPR.
- Criar uma categorização para as informações identificadas, e definir critérios para escolha da melhor solução a ser padronizada na instituição.
- Aprovação da documentação gerada pelo Diretor e Supervisão Geral de Tecnologia da Informação e Comunicação.
- Publicação no Portal do DTIC.

13. Projeto: Implantação do Modelo de Acessibilidade do Governo (eMAG) e art.20 res. CNJ 211/2015.

Garantir a acessibilidade utilizando os padrões definidos pelo eMAG nos sistemas de TIC desenvolvidos para o PJPR.

Responsável: Divisão de Infraestrutura de Software Prazo: 2016

Atividades Sugeridas:

- Estudar as resoluções e diretrizes definidas pelo CNJ sobre o assunto.
- Identificar pontos de aderência ao eMag diretamente no framework de desenvolvimento.

- Propor um caderno de boas práticas a serem adotadas pelos desenvolvedores de software.
- Aprovação da documentação gerada pelo Diretor e Supervisão Geral de Tecnologia da Informação e Comunicação.
- Publicação no Portal do DTIC.

14. Projeto: Promover convivência do sistema JUDWIN até a completa operacionalização do sistema PJe

Realização da manutenção necessária para garantir o bom funcionamento da aplicação, de acordo com as regras contratuais, durante o período de convivência com o sistema PJe; extração de relatórios do sistema de acordo com o conhecimento (limitado) sobre a estrutura da aplicação e base de dados; implementação de consultas aos dados processuais presentes na base de dados de forma independente ao aplicativo antes mantido pela empresa terceira.

Responsável: Divisão de Infraestrutura de Software Prazo: 2016

Atividades Sugeridas:

- Identificar os pontos críticos do sistema JUDWIN que precisam ser contingenciados.
- Desenvolver relatórios específicos para atendimento dos usuários.
- Aprovação pelo Diretor e Supervisão Geral de Tecnologia da Informação e Comunicação.

15. Projeto: Promover a substituição do sistema FOLHA.

Desenvolver sistema próprio para Gestão de Folha de Pagamento, em substituição ao atual, desenvolvido pela empresa MPS Informática Ltda.

Responsável: Divisão de Análise e Desenvolvimento de Softwares Judiciais Prazo: 2016

Atividades Sugeridas:

- Identificar as regras negociais que precisam ser implementas em Java.
- Elaborar um planejamento das funcionalidade e módulos a serem implantados.

- Negociar com os usuários a implantação gradativa.
- Aprovação pelo Diretor e Supervisão Geral de Tecnologia da Informação e Comunicação.

16. Projeto: Promover a substituição do sistema SISCOM.

Desenvolver sistema em substituição ao Sistema SISCOM (Sistema de Comarcas) que fora desenvolvido pela MPS Informática Ltda. e que tem como funcionalidades principais a Gestão de Unidades Judiciais, Extrajudiciais e a manutenção dos serventuários, agentes delegados e interinos que estão vinculados a unidades do Foro Extrajudicial e das Varas Privadas, que estão sob a administração do Departamento da Corregedoria.

Responsável: Divisão de Análise e Desenvolvimento de Softwares Administrativos
Prazo: 2016

Atividades Sugeridas:

- Identificar as regras negociais que precisam ser implementas em Java.
- Elaborar um planejamento das funcionalidade e módulos a serem implantados.
- Negociar com os usuários a implantação gradativa.
- Aprovação pelo Diretor e Supervisão Geral de Tecnologia da Informação e Comunicação.

17. Projeto: Promover a implantação do PJe 2º grau.

Sistema de gerenciamento de processos judiciais eletrônicos desenvolvido pelo CNJ que atenderá ações em 2º grau. Projeto envolve diversas tarefas de responsabilidade do TJPR Salientamos que este projeto, conjunto com o CNJ, vem atender a necessidade de implantação desta versão do PJe de 2º Grau para os Tribunais de Justiça Estaduais e Militar.

Responsável: Diretoria do DTIC Prazo: 2016

Atividades Sugeridas:

- Levantamento de requisitos para versão de 2º Grau.
- Levantamento de necessidades para tribunais estaduais;

- Elaboração de fluxos e configurações do sistema;
- Homologação do sistema e controle de melhorias;
- Elaboração de manuais do sistema e preparação dos treinamentos dos diversos perfis;
- Implantação do sistema e acompanhamento das atividades com os Desembargadores e Gabinetes.

18. Projeto: Promover a adequação do Projudi-VEP ao SEEU (Sistema Eletrônico de Execução Unificado) do CNJ.

Adaptação do Sistema Projudi - VEP, VEPMA, para ser utilizado em nível nacional, implantado (hospedado) junto ao CNJ.

Responsável: Divisão de Análise e Desenvolvimento de Softwares Judiciais Prazo: 2016

Atividades Sugeridas:

- Identificar as regras negociais que precisam ser implementas em Java.
- Elaborar um planejamento das funcionalidade e módulos a serem implantados.
- Negociar com os usuários a implantação gradativa.
- Aprovação pelo Diretor e Supervisão Geral de Tecnologia da Informação e Comunicação.

19. Projeto: Implantar a Pesquisa de Satisfação dos Usuários.

Elaborar e aplicar pesquisas de satisfação dos usuários internos em relação aos serviços de TIC prestados. Definir uma periodicidade para que esta pesquisa seja realizada, para que assim seja possível acompanhar a evolução do índice de satisfação dos usuários.

Responsável: Divisão de Atendimento aos Usuários Prazo: 2016

Atividades Sugeridas:

- Avaliar os canais viáveis para a pesquisa de satisfação dos usuários de TI do TJPR;

- Elaborar uma proposta de pesquisa de satisfação dos Usuários, contemplando o questionário, cronograma de aplicação e avaliação estatística final;
- Aprovação pelo Diretor e Supervisão Geral de Tecnologia da Informação e Comunicação.

20. Projeto: Implementar o Plantão de TIC.

Atender aos artigos 16º e 17º da Res CNJ 211/2015, que solicita a elaboração de uma política para atividades extraordinárias e de plantão para serviços de TIC.

Responsável: Assessoria Técnica do DTIC Prazo: 2016

Atividades Sugeridas:

- Avaliar o projeto existente de sobreaviso do DTIC;
- Elaborar uma minuta do Projeto de Plantão para TIC, considerando o projeto citado e atividades críticas (definidas no Plano de Continuidade de Serviços de TIC).
- Aprovação da documentação gerada pelo Diretor e Supervisão Geral de Tecnologia da Informação e Comunicação.
- Formalização deste pedido via SEI para aprovação da cúpula diretiva.

21. Projeto: Estudo de Ferramentas de Business Intelligence

Elaborar uma análise detalhada das principais ferramentas de mercado e definir a melhor alternativa de ferramenta de *Business Intelligence* (BI) para o PJPR. Preparar o material para licitação, se necessário.

Responsável: Divisão de Infraestrutura de Software Prazo: 2016

Atividades Sugeridas:

- Identificar as ferramentas de BI de mercado (livres e custeadas);
- Identificar as características desejáveis nas ferramentas de BI, e preparar um quadro comparativo;
- Realizar uma PoC (*Proof of Concepts*) com alguma(s) ferramenta(s) selecionada(s) para identificar a usabilidade e cenários de problemas;

- Apresentar um documento final com as recomendações técnicas das ferramentas BI avaliadas, e propor um ranking para uma breve implantação.
- Aprovação da documentação gerada pelo Diretor e Supervisão Geral de Tecnologia da Informação e Comunicação.

22. Projeto: Implantação da Solução de Gravação de Audiências Judiciais de 1º Grau e menor dano

Implantar a solução de gravação de audiências de 1º grau em 75 salas comuns de audiências e 24 salas com menor dano.

Responsável: Assessoria Técnica do DTIC Prazo: 2016

Atividades Sugeridas:

- Customização de Software (integração com a infraestrutura do TJPR e com o PROJUDI);
- Implantação das salas com treinamento, suporte e garantia.

6.3 Cronograma Macro

A seguir é mostrado uma proposta de cronograma macro, para os projetos e ações previstos neste documento no ano 2016.

EAP	Nome	Duração	Início	Término
3	**Entregas do Projeto**	**174d**	**Qua 23/03/16**	**Sex 09/12/16**
3.1	1.1. Entrega DOC Plano de Capacitação TIC	0d	Sex 27/05/16	Sex 27/05/16
3.2	2.1. Entrega DOC Plano de Atualização Tecnológica (PAT)	0d	Seg 25/07/16	Seg 25/07/16
3.3	2.2. Entrega DOC Estudo de Ferramentas BI	0d	Seg 28/11/16	Seg 28/11/16
3.4	2.3. Entrega PROC Monitoramento de TIC	0d	Seg 04/07/16	Seg 04/07/16
3.5	2.4. Entrega DOC Migração dos Sistemas Informação	0d	Seg 11/07/16	Seg 11/07/16
3.6	2.5. Implantação Gravação Audiências 1o.grau	0d	Sex 09/12/16	Sex 09/12/16
3.7	3.1. Entrega PROC Orçamentação DTIC	0d	Ter 04/10/16	Ter 04/10/16
3.8	4.1. Entrega DOC Reestruturação TIC	0d	Qua 23/03/16	Qua 23/03/16
3.9	4.2. Entrega DOC Plano de implantação da equipe de Governança de TI	0d	Ter 28/06/16	Ter 28/06/16
3.10	4.3.1. Entrega PROC Ger Riscos de TIC	0d	Qua 29/06/16	Qua 29/06/16
3.11	4.3.2. Entrega PROC Ger Projetos TIC	0d	Qua 29/06/16	Qua 29/06/16
3.12	4.3.3. Entrega PROC Ger Demandas DTIC	0d	Seg 25/07/16	Seg 25/07/16
3.13	4.4.1. Entrega PROC Ger Configuração e Ativos de Serviços DTIC	0d	Ter 09/08/16	Ter 09/08/16
3.14	4.4.2. Entrega PROC Ger Continuidade de Serviços TIC	0d	Qua 06/07/16	Qua 06/07/16
3.15	4.4.3. Entrega Metodologia Desenvolvimento SW	0d	Sex 19/08/16	Sex 19/08/16
3.16	4.4.4. Entrega Metodologia Sustentação SW	0d	Sex 19/08/16	Sex 19/08/16
3.17	4.4.5. Entrega PROC GER de Liberação e Implantação	0d	Qui 21/07/16	Qui 21/07/16
3.18	4.4.6. Entrega PROC Ger de Mudancas TIC	0d	Ter 19/07/16	Ter 19/07/16
~~3.19~~	~~4.4.7. Entrega PROC Ger de Configuração (ver 4.4.1)~~	~~0d~~	~~Sex 15/04/16~~	~~Sex 15/04/16~~
3.20	4.4.8. Entrega PROC Backup e Restore	0d	Seg 20/06/16	Seg 20/06/16
3.21	4.5.1. Entrega PROC Central de Atendimento TIC	0d	Seg 30/05/16	Seg 30/05/16
3.22	4.5.2. Entrega PROC Ger Incidentes e Requisições TIC	0d	Seg 06/06/16	Seg 06/06/16
3.23	4.5.4. Entrega PROC Ger Problemas TIC	0d	Qui 07/07/16	Qui 07/07/16
3.24	4.6. Entrega EXEC Implantação dos Processos TIC	0d	Sex 02/09/16	Sex 02/09/16
3.25	4.7. Entrega EXEC Desempenho dos Projetos de TIC	0d	Ter 18/10/16	Ter 18/10/16
3.26	4.8. Entrega EXEC Modelo de Governança do iGovTI	0d	Sex 04/11/16	Sex 04/11/16
3.27	5.1. Entrega PROC Contratação TIC	0d	Ter 04/10/16	Ter 04/10/16
3.28	6.1. Entrega DOC Padronização Fer Tec TIC	0d	Seg 26/09/16	Seg 26/09/16
3.29	6.2. Entrega DOC eMAG e Art20 Res211	0d	Sex 26/08/16	Sex 26/08/16
3.30	7.1. Entrega DOC MNI no DTIC	0d	Seg 04/07/16	Seg 04/07/16
3.31	8.1. Entrega PROC e DOC Politica de Segurança de TIC	0d	Qua 10/08/16	Qua 10/08/16
3.32	9.1. Entrega EXEC Pesquisa de Satistação Usuários TIC	0d	Qua 20/07/16	Qua 20/07/16
3.33	9.2. Entrega DOC Catálogo de Serviços TIC	0d	Qui 03/11/16	Qui 03/11/16
3.34	9.3. Entrega DOC Plantão de TIC	0d	Ter 18/10/16	Ter 18/10/16

7 PLANO DE GESTÃO DE PESSOAS

A direção e gestores do DTIC elaboraram um plano de reestruturação organizacional e de funções do departamento e submeteu na forma de um processo (protocolo SEI 0041032-84.2015.8.16.6000), encontrando-se atualmente no Departamento de Planejamento para análise, contendo basicamente a criação de uma nova assessoria e de uma nova divisão, com redistribuição do pessoal. A figura a seguir representa o novo organograma proposto:

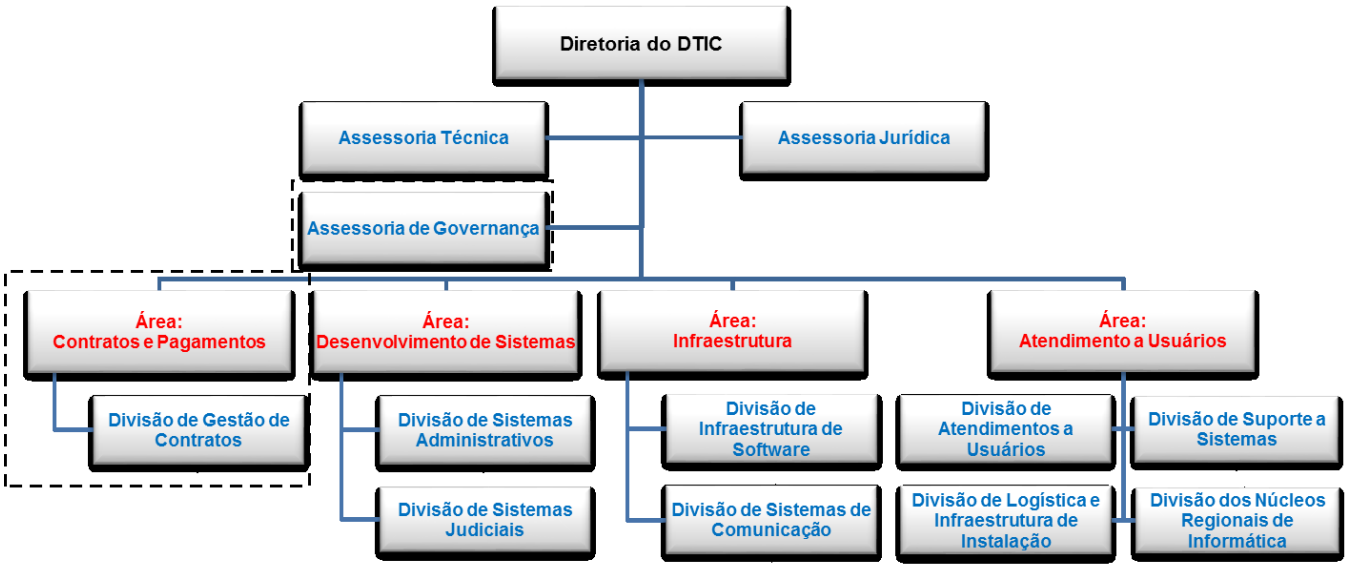


Figura 4 – Proposta de Organograma ao DTIC

Observação: as áreas demonstradas no organograma proposto apenas ilustram a afinidade das divisões e assessorias, e todas estão subordinadas diretamente à Diretoria do DTIC.

Faz-se necessário também evoluir a qualificação dos servidores lotados no DTIC. Para tal, serão realizadas as ações abaixo.

Viabilizar no curto prazo ações de capacitação para os servidores atualmente lotados no DTIC. Entre as habilidades que necessitam ser desenvolvidas, destacam-se:

- Gestão de projetos e portfólio;
- Governança e gestão de serviços de TI;
- Métricas de Software;
- Mapeamento e controle de processos;
- Metodologias e práticas de desenvolvimento de software;
- ISO 27002 Foundation (fundamentos da segurança da informação)
- Melhorar o conhecimento em ambientes e ferramentas, através de cursos presenciais ou EaD (ensino a distância), exemplo:
  - Administering Microsoft SQL Server Databases;
  - Administering Windows Server 2012;
  - Advanced Solutions of Microsoft Exchange Server 2013;
  - Core Solutions of Microsoft Lync Server 2013;
  - Core Solutions of Microsoft SharePoint Server 2013;
  - Advanced Solutions of Microsoft SharePoint Server 2013;
  - Troubleshooting and Supporting Windows 10 in the Enterprise;
  - Supporting Windows 10
- Gestão e fiscalização de contratos;
- Liderança e coordenação de equipes;
- Negociação.

8 PLANO DE CONTRATAÇÃO

As ações de Investimentos correspondem às contratações de materiais permanentes e serviços, com recursos do TJPR.

O Plano de Contratação de Solução de TI foi aprovado e priorizado pela Administração do TJPR, em conformidade com a resolução CNJ 182/2013, e resumidamente agrupados conforme segue:

	2016	
TIPO DE DESPESA	VALOR PREVISTO	% do total
1. Despesas de Capital	R$ 37.525.000,00	77,9%
2. Despesas Correntes	R$ 150.000,00	0,3%
3. Outros Serviços de Terceiros de Pessoa Jurídica	R$ 700.000,00	1,5%
4. Contratos Vigentes (valor anual)	R$ 9.769.893,43	20,3%
PREVISÃO DE INVESTIMENTOS	R$ 48.144.893,43	

Tabela 3 - Orçamento do DTIC para 2016

Os tipos de despesas são descritos como:

1. Despesas de Capital são as despesas que contribuem, diretamente, para a formação, aquisição e readequação de um bem de capital, que enriqueça o patrimônio ou que seja capaz de gerar novos bens e serviços e cujos benefícios se estendam por períodos futuros.
2. Despesas Correntes são as despesas que não contribuem, diretamente, para a formação ou aquisição de um bem de capital.
3. Outros Serviços de Terceiros PJ são despesas decorrentes da prestação de serviços por pessoas jurídicas para órgãos públicos, tais como: assinaturas de jornais e periódicos; tarifas de energia elétrica, gás, água e esgoto; serviços de comunicação (telefone, telex, correios, etc.); fretes e carretos; locação de imóveis (inclusive despesas de condomínio e tributos à conta do locatário, quando previstos no contrato de locação); locação de equipamentos e materiais permanentes; software; conservação e adaptação de bens imóveis; seguros em geral (exceto os decorrentes de obrigação patronal); serviços de asseio e higiene; serviços de divulgação, impressão, encadernação e

emolduramento; serviços funerários; despesas com congressos, simpósios, conferências ou exposições; vale-refeição; auxílio-creche (exclusive a indenização a servidor); habilitação de telefonia fixa e móvel celular; e outros congêneres, bem como os encargos resultantes do pagamento com atraso das obrigações de que trata este elemento de despesa.

4. Contratos Vigentes é a previsão de contratos continuados firmados com a Administração Pública que se encontram em vigor.

9 FATORES CRÍTICOS DE SUCESSO

Para que o PDTIC seja implantado com sucesso no TJPR e que suas ações sejam desenvolvidas plenamente, os seguintes fatores críticos de sucesso devem ser observados e rigorosamente seguidos:

- **Patrocínio da Alta Administração:** o apoio da alta cúpula do Tribunal é condição essencial para obter bons resultados;

- **Garantir recursos humanos, orçamentários e financeiros** para a execução das ações e dos projetos do PDTIC. Ter melhor retorno e precisão do orçamento aprovado;

- **Capacitação dos colaboradores do DTIC**: imaginar que a capacitação deixa de ser um custo e passa a ser um investimento, diante da complexidade da plataforma de equipamentos e software hoje presentes no Tribunal; poder estimar a carga horária adequada e os tipos de treinamentos necessários para cada caso; conciliar os horários de treinamentos e do expediente;

- **Quadro efetivo de colaboradores:** os recursos humanos são o principal componente deste conjunto de iniciativas. É imprescindível a elaboração da Política de Gestão de Pessoas e de sua implementação efetiva, respeitadas as limitações legais, de modo a garantir que exista a quantidade necessária de profissionais, capacitados, distribuídos adequadamente às diversas unidades departamentais e com os adequados níveis motivacionais;

- **Ferramentas, monitoramento contínuo e gestão da mudança:** a complexa necessidade de integração entre os processos de trabalhos que necessitam atualização periodicamente exige o suporte e acompanhamento adequado por ferramentas de gerenciamento, e o constante monitoramento dos gestores sobre as ações planejadas. Melhoria na comunicação interpessoal e planejamento das necessárias mudanças no dia a dia.

10 CONCLUSÃO

Este documento foi elaborado considerando os objetivos estratégicos do TJPR, e do Planejamento Estratégico de Tecnologia da informação e Comunicação (PETIC) referente ao sexênio 2015-2020. Na elaboração também foram consideradas as melhores práticas preconizadas pelo COBIT e as recomendações dos órgãos de controle (CNJ e Núcleo de Controle Interno).

O PDTIC traduz os objetivos e iniciativas estratégicas em ações mais específicas e detalhadas, com vistas a alcançar efetividade nos resultados e atingir os objetivos traçados pela Instituição.

O PDTIC 2016 constitui-se um importante instrumento de gestão, orientando e harmonizando as decisões dos gestores. Tão importante quanto a sua concepção, é imperativo o seu contínuo monitoramento na fase de execução, para que seja possível visualizar de forma atualizada e precisa a evolução do cumprimento da missão institucional na área de TIC.

11 REFERÊNCIAS

- Levantamento de dados nas áreas do TJPR;
- Guia de Elaboração do PDTI do SISP, versão 1.0
- Resolução TJPR nº 138/2015 sobre Planejamento Estratégico no PJPR (2015-2020).
- Resolução do CNJ, nº 211/2015;
- Resolução do CNJ, nº 182/2013;
- Planejamento Estratégico de TIC (PETIC 2015-2020)
- ITIL v3;
- COBIT 5.0;
- PMBOK PMI versão 5;
- IGovTI 2016 do TCU

*** Término do documento ***

Departamento de Tecnologia da Informação e Comunicação

Departamento de Tecnologia da Informação e Comunicação.

PROTOCOLO: 0014991-46.2016.8.16.6000
INTERESSADO: Departamento de Tecnologia da Informação e Comunicação
DESPACHO:I - Trata o presente expediente da Revisão do PETIC - Plano Estratégico de Tecnologia da Informação e Comunicação para o exercício 2015-2020, e do PDTIC - Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação, para o exercício de 2016, conforme o disposto nas Resoluções nº 90/2009, 99/2009 e 198/2014, todas do Conselho Nacional de Justiça.
II - Tendo em vista o contido no presente expediente, notadamente os Planos elaborados e Revisados pelo Departamento de Tecnologia da Informação e Comunicação - DTIC (doc. 0978804 e 0978845) e no despacho do Supervisor Geral de Informática e Comunicação (doc. 0997375), **APROVO** as revisões do PETIC e PDTIC, encontrando-se em conformidade com os trabalhos desenvolvidos e sintetizando os objetivos estratégicos a serem alcançados.
III - Ao DTIC para as providências que se fizerem necessárias.
'
Em 28 de setembro de 2016.
'

PAULO ROBERTO VASCONCELOS
Desembargador
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná